



EMPRESA GESTORA DE ATIVOS
SBS Quadra 2 Bloco J Lote 10, Salas nº 401, 501, 701, 801 e 1001 - Edifício Carlton Tower, - Bairro Asa Sul, Brasília/DF, CEP 70070-120
Telefone: e Fax: @fax_unidade@ - http://www.emgea.gov.br

EDITAL

Processo nº 10034.001264/2026-94

Pregão Eletrônico nº 00002/2026 Processo SEI n.º 10034.001264/2026-94			Data de Abertura: 10/06/2026 às 10:00 no sítio https://www.gov.br/compras/pt-br/				
Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços contínuos de transporte seguro, custódia e guarda de mídias magnéticas, em ambiente externo às instalações da Emgea, devidamente controlado e com requisitos de segurança física e lógica, pelo prazo de 60 (sessenta) meses, em conformidade com as especificações técnicas, níveis de serviço e demais condições estabelecidas no Termo de Referência.							
Registro de preços?		Modo de disputa	Vistoria	Instrumento Contratual	Forma de Adjudicação		
Não		Aberto	Sim	Sim	Menor Preço		
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO							
Requisitos Básicos: - SICAF ou documentos equivalentes; - Certidão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ); - Certidão do Portal da Transparência; - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (TST); e - Índices de Liquidez (LG, LC, SG) superiores a 1.			Requisitos Específicos: - Atestado de Capacidade Técnica; e - Demais exigências do item 8 do Edital.				
Prazo para envio da proposta/documentação Até 2 horas após a convocação realizada pelo(a) Pregoeiro(a).							
Pedidos de Esclarecimento Até 05/06/2026 para o endereço cl@emgea.gov.br			Impugnações Até 05/06/2026 para o endereço cl@emgea.gov.br				
Observações Gerais							
CUSTÓDIA E TRANSPORTE DE MÍDIAS							
LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	Exclusiva ME/EPP?	Cota ME/EPP?	Amostra/Demonst.?	Decreto 7.174?	Valor Estimado
I	1	Custódia de mídia	Não	Não	Não	Não	Sigiloso (art. 34, Lei 13.303/2016)
	2	Movimentação normal de mídia - entrada e saída					
	3	Movimentação emergencial de mídia - entrada e saída					
	4	Transporte normal de mídias					
	5	Transporte emergencial de mídias					

Pregão Eletrônico nº 00002/2026 (Processo SEI n.º 10034.001264/2026-94)

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a **Empresa Gestora de Ativos S.A. – Emgea**, mediante Pregoeiro (a), designado (a) pela Portaria SEI nº 94, de 5 de agosto de 2025, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA, DO TIPO MENOR PREÇO GLOBAL**, nos termos da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se o rito da modalidade “Pregão” previsto na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, por força de seu art. 189 c/c o inciso IV do art. 32 da Lei nº 13.303/16, juntamente com a Instruções Normativas SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, que disciplina sua forma “Eletrônica”, nº 01, de 19 de janeiro de 2010, nº 05, de 26 de maio de 2017 e alterações subsequentes, nº 03, de 26 de abril de 2018, e demais legislações pertinentes, além das exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 10/06/2026

Horário: 10h

Local: Portal de Compras do Governo Federal – <https://www.gov.br/compras/pt-br/>

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços contínuos de transporte seguro, custódia e guarda de mídias magnéticas, em ambiente externo às instalações da Emgea, devidamente controlado e com requisitos de segurança física e lógica, pelo prazo de 60 (sessenta) meses, em conformidade com as especificações técnicas, níveis de serviço e demais condições; para atender as necessidades da Emgea, conforme condições, especificações e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2. DA DESCRIÇÃO DO OBJETO

2.1. Os serviços serão executados sob demanda, de acordo com as necessidades operacionais da Emgea, observados os critérios de acionamento, prazos de atendimento, controles de segurança da informação, rastreabilidade e conformidade com a legislação vigente.

2.2. O serviço de transporte de volumes consiste na execução das atividades de coleta, transporte, manuseio, entrega e, quando aplicável, retorno de mídias magnéticas pertencentes à Emgea, observados os requisitos de segurança física, integridade, confidencialidade, rastreabilidade e controle de acesso, conforme as especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência.

2.3. A custódia de mídias caracteriza-se pela série de procedimentos executados de acordo com os itens 7, 8, 9 e 10 do Termo de Referência, no sentido de preservar, armazenar, promover a segurança e proteger as mídias magnéticas da Emgea utilizando-se, dentre outros recursos e condições, os de armazenamento em sala segura com controle de temperatura, umidade, vigilância, monitoramento por câmeras, registros em vídeo, controle de acesso e demais condições que se fizerem necessárias.

2.4. Compete integralmente à CONTRATADA a execução de todos os serviços relacionados ao transporte, armazenamento e custódia segura das mídias magnéticas, incluindo o fornecimento de mobiliário apropriado, específico e de uso exclusivo, bem como de contêineres adequados (maletas de transporte), devidamente identificados e protegidos, e o acondicionamento das mídias em ambiente controlado, compatível com os requisitos de segurança física, ambiental e de proteção da informação, conforme as especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência.

2.5. O quadro a seguir apresenta os tipos de serviços a serem executados e a quantidade estimada de mídias magnéticas para custódia e transporte:

CUSTÓDIA E TRANSPORTE DE MÍDIAS					
LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE. MENSAL ESTIMADA	QTDE. TOTAL ESTIMADA (60 meses)
I	1	Custódia de mídia	Por mídia	500	30.000
	2	Movimentação normal de mídia - entrada e saída	Por mídia	250	15.000
	3	Movimentação emergencial de mídia - entrada e saída	Por mídia	100	6.000
	4	Transporte normal de mídias	Por viagem	20	1.200

5	Transporte emergencial de mídias	Por viagem	8	480
---	----------------------------------	------------	---	-----

2.6. O faturamento mensal será efetuado com base na apuração dos serviços efetivamente prestados, considerando, de forma discriminada, a quantidade de mídias magnéticas custodiadas, bem como os serviços de manuseio e transporte realizados no período de referência, observados os critérios de medição, comprovação e validação definidos no Termo de Referência e devidamente atestados pela fiscalização do contrato.

3. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

3.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:

3.2.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente.

3.2.2. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s).

3.2.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.2.4. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 38 da Lei nº 13.303, de 2016, e ou art. 14 da Lei nº 14.133 de 2021.

3.2.5. Que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação.

3.2.6. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

3.3. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem modelo de gestão operacional adequado ao objeto desta licitação e atendam aos requisitos de habilitação, com compartilhamento ou rodízio das atividades de coordenação e supervisão da execução dos serviços, e desde que os serviços contratados sejam executados obrigatoriamente pelos cooperados, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação.

3.4. Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando ela atenderem ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

3.5. Nos termos do art. 5º do Decreto nº 9.507, de 2018, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:

3.5.1. Detentor de cargo em comissão que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou

3.5.2. De autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão CONTRATANTE;

3.6. Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13, art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 7.203, de 04 de junho de 2010).

3.7. Nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura CONTRATADA que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão neste órgão CONTRATANTE.

3.8. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

3.8.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

3.8.2. A assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de a licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte.

3.8.3. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;

3.8.4. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.8.5. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.8.6. Que a proposta foi elaborada de forma independente.

3.8.7. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

3.8.8. Que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

3.9. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará a licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente, por meio do sistema, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

4.2. O envio da proposta, exigido neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

4.3. Incumbirá a licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.4. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.

4.5. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. Os licitantes deverão enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário e total do item;

5.1.2. Descrição detalhada do objeto, conforme especificações previstas no Termo de Referência e seus anexos.

5.1.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a CONTRATADA.

5.2. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.

5.3. A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:

5.3.1. Cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;

5.3.2. Cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente, da fatura e haverá glosa, quando do pagamento.

5.4. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses, devendo a licitante ou CONTRATADA apresentar ao Pregoeiro ou à fiscalização, a qualquer tempo, comprovação da adequação dos recolhimentos, para os fins do previsto no subitem anterior.

5.5. Independentemente do percentual de tributo informado na fatura, no momento do pagamento dos serviços, serão efetuadas as retenções na fonte nos percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.6. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de

Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos.

5.7. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas (Acórdão nº 1455/2018 - TCU - Plenário);

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa CONTRATADA ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre preço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

6.3. Também será desclassificada a proposta que identifique a licitante.

6.4. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.5. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.6. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.7. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.8. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.9. O lance deverá ser ofertado por tipo de serviço.

6.10. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.11. A licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.12. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,5% (meio por cento).

6.13. O intervalo entre os lances enviados pela mesma licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

6.14. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.15. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.16. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.17. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

6.18. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

6.19. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo Pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério da Gestão e Inovação.

6.20. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

6.21. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.22. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da licitante.

6.23. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.24. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.25. O critério de julgamento adotado será o menor preço global, conforme definido neste Edital e seus anexos.

6.26. A licitação será realizada em único **LOTE**.

6.27. Caso a licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.28. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

6.29. Havendo empate entre propostas, o critério de desempate serão aqueles previstos no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

6.29.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.29.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.29.3. desenvolvimento pela licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.29.4. desenvolvimento pela licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.29.5. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada dentre as propostas empatadas.

6.30. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta a licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

6.31. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.32. O Pregoeiro solicitará a licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.33. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pela licitante, antes de findo o prazo.

6.34. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

7.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, nos termos do art. 59, da Lei nº 14.133/2021, que:

7.2.1. Contenha vício insanáveis;

- 7.2.2. Descumpram especificações técnicas constantes do instrumento convocatório;
- 7.2.3. Apresentem preços manifestamente inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- 7.2.4. Não tenham sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela empresa;
- 7.2.5. Apresentem desconformidade com outras exigências do edital, desde que insanável.
- 7.3. Quando a licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
- 7.3.1. For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da própria licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 7.4. Será possível tornar público o orçamento estimado por ocasião da fase de negociação, quando o preço da proposta mais vantajosa se encontrar acima do valor orçado, inclusive para os valores por item.
- 7.5. Restando os valores ofertados acima no valor estimado e diante de impossibilidade de negociação por parte da licitante, esta terá sua proposta desclassificada.
- 7.6. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 2º do art. 59, da Lei nº 14.133/2021.
- 7.7. Quando a licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexequibilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta.
- 7.8. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.
- 7.9. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.
- 7.10. O Pregoeiro poderá convocar a licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.11. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada da licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.
- 7.12. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o teor da proposta apresentada, seja quanto ao preço ou quaisquer outras condições que importem em modificações de seus termos originais, ressalvadas apenas as alterações absolutamente formais, destinadas a sanar evidentes erros materiais, sem nenhuma alteração do conteúdo e das condições referidas, desde que não venham a causar prejuízos aos demais licitantes.
- 7.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 7.14. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 7.15. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 7.16. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação da licitante, observado o disposto neste Edital.

8. DA HABILITAÇÃO

- 8.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação da licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o (a) Pregoeiro (a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 8.1.1. SICAF.
- 8.1.2. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).
- 8.1.3. Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidas pelo Tribunal de Contas da União – TCU.
- 8.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 8.3. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 8.4. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 8.5. A licitante será convocada para manifestação previamente à sua desclassificação.
- 8.6. Constatada a existência de sanção, o (a) Pregoeiro (a) reputará a licitante inabilitada, por falta de condição de participação.
- 8.7. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 8.8. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.
- 8.9. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 8.10. É dever da licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.
- 8.11. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação da licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).
- 8.12. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, a licitante será convocada a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de até 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.
- 8.13. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 8.14. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 8.15. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 8.16. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 8.17. Os licitantes que não estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF além do nível de credenciamento exigido pela Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 2018, deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica e à Regularidade Fiscal e Trabalhista, bem como à Qualificação Econômico-Financeira, nas condições descritas adiante.
- 8.17.1. **Habilitação jurídica:**
- 8.17.1.1. No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

8.17.1.2. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.

8.17.1.3. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser a participante sucursal, filial ou agência.

8.17.1.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

8.17.1.5. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País.

8.17.1.6. No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil de Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

8.17.1.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.17.2. Regularidade fiscal e trabalhista:

8.17.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas.

8.17.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.17.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

8.17.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.17.2.5. Prova de inscrição nos cadastros de contribuintes municipal e estadual, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

8.17.2.6. Prova de regularidade com as Fazendas Municipal e Estadual do domicílio ou sede da licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

8.17.2.7. Caso a licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.17.3. Qualificação Econômico-Financeira:

8.17.3.1. Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da licitante.

8.17.3.2. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, a licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

8.17.3.3. A certidão negativa de recuperação judicial e extrajudicial só será exigida nos contratos com dedicação exclusiva de mão-de-obra.

8.17.3.4. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando.

8.17.3.5. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

8.17.3.6. Caso a licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

8.17.3.7. Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$\begin{aligned} \text{LG} &= \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \text{SG} &= \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \text{LC} &= \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \end{aligned}$$

8.17.3.8. As empresas, cadastradas no SICAF, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de R\$ 36.805,20 (trinta e seis mil oitocentos e cinco reais e vinte centavos).

8.17.4. Habilitação Técnica

8.17.4.1. Para fins de comprovação da capacidade técnica, a licitante deverá comprovar aptidão para o desempenho de atividades pertinentes e compatíveis com o objeto deste Edital, por meio da apresentação de Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa licitante desempenhou ou desempenha serviços compatíveis com o objeto desta contratação em território nacional, na forma do art. 58, inciso II, da Lei 13.303 de 30 de junho de 2016.

8.17.4.2. A licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da Emgea e local em que foram prestados os serviços.

8.17.4.3. Os atestados deverão ser emitidos em papel timbrado, devendo o (s) documento (s) conter a Razão Social, o CNPJ, o endereço, o responsável pelas informações e respectivo cargo, e-mail e telefone de contato - ou qualquer outra forma de contato - além do nome e assinatura do Representante Legal da Atestante.

8.17.4.4. A Emgea poderá realizar diligência na empresa vencedora e na empresa ou órgão que fornecer o atestado de capacidade técnica para averiguar a veracidade das informações prestadas, podendo o(s) envolvido(s) responder administrativa, civil e penalmente pelas informações prestadas. Na diligência poderão ser solicitados documentos tais como contratos, ordens de serviços, notas fiscais e outros que comprovem os serviços prestados no atestado fornecido.

8.17.4.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

8.17.4.6. Não serão aceitos Atestados de Capacidade de Técnica que não comprovem a aptidão da licitante para a prestação dos serviços objeto do Termo de Referência.

8.17.4.7. Para fins de comprovação de capacidade técnica, os atestados deverão conter a descrição detalhada dos serviços realizados que comprove que a licitante possui capacitação técnica para executar os serviços previstos nesta contratação.

8.17.4.8. Os atestados referir-se-ão a contratos já concluídos ou já decorrido no mínimo 1 (um) ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior, apenas aceito mediante a apresentação do contrato.

8.17.4.9. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de capacidade, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico operacional, a uma única contratação;

8.17.4.10. A soma dos atestados de capacidade técnica deve comprovar que a contratada prestou serviços compatíveis com os serviços objeto do Termo de Referência.

- 8.17.4.11. A licitante classificada deverá apresentar a seguinte documentação para o ambiente de guarda de mídias:
- 8.17.4.12. Alvará de licença de funcionamento;
- 8.17.4.13. Parecer de aprovação das instalações de segurança contra incêndio (Corpo de Bombeiros);
- 8.17.4.14. Apólice de cobertura do imóvel onde estão armazenadas as mídias magnéticas objeto da contratação contra todos os riscos de perda ou dano material;
- 8.17.4.15. Laudo de inspeção das instalações elétricas; e
- 8.17.4.16. Laudo SPDA (Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas).
- 8.17.4.17. Caso a licitante não cumpra o estabelecido neste item, o Contrato será automaticamente cancelado.
- 8.17.4.18. Neste caso, a licitante deverá ressarcir a Emgea pelos prejuízos eventualmente causados.
- 8.17.4.19. A Emgea efetuará o pagamento à CONTRATADA pela execução dos serviços já finalizados e proporcionalmente ao tempo de execução do Contrato

9. DA VISTORIA

- 9.1. Será facultada às empresas interessadas, por meio dos seus respectivos representantes, vistoria às instalações da Emgea para tomar conhecimento das condições locais para execução dos serviços, oportunidade em que será fornecida a “Declaração de Vistoria”, conforme o ANEXO II do Termo de Referência.
- 9.2. Caso a vistoria não seja realizada, a licitante assumirá todos os ônus decorrentes dos serviços a serem prestados.
- 9.3. A licitante poderá realizar vistoria e inspecionar todos os locais, em horário comercial, de segunda à sexta-feira, das 09:00h às 12:00h e das 14:00h às 17:00h, no período compreendido entre a data da publicação do Edital e o último dia útil anterior à sessão pública do processo licitatório, na sede da CONTRATANTE, no Setor Bancário Sul (SBS), Quadra 02, Bloco J, Andares 4, 5, 7, 8 e 10 – Edifício Carlton Tower, CEP 70.070-120, Brasília – DF, de modo a obter, para sua própria utilização e por sua exclusiva responsabilidade, toda a informação necessária à elaboração da proposta.
- 9.4. A vistoria deverá, obrigatoriamente, ser realizada por representante da licitante em data e horário previamente agendado, que tenha condições técnicas suficientes para identificar com clareza os recursos necessários que deverão ser utilizados no objeto da licitação em comento, de forma a possibilitar a correta formulação da proposta comercial a ser apresentada.
- 9.5. O agendamento deverá ser realizado por meio do e-mail: Sutec@emgea.gov.br com cópia à cl@emgea.gov.br, ou ainda pelo telefone (61) 3214-4845 para falar com a Superintendência de Tecnologia - Sutec.
- 9.6. O representante da licitante designado para realizar a vistoria de que trata este item, deverá apresentar à Emgea, no momento da visita, documento oficial de identificação, bem como autorização emitida pelo licitante para a realização de vistoria.
- 9.7. Para as licitantes que optarem pela não realização da vistoria, não serão aceitas alegações posteriores quanto ao detalhamento, especificações e obrigações que compõe a contratação, ficando a futura CONTRATADA obrigada a executar o contrato nos termos dispostos neste Edital e seus anexos.
- 9.8. É de responsabilidade da licitante o dimensionamento de sua proposta, de modo a não incorrer em omissões, as quais não poderão ser alegadas em favor de eventuais alterações no valor do objeto licitado.
- 9.9. Quando da vistoria ao local, a licitante deverá inteirar-se de todos os aspectos referentes à execução dos serviços.
- 9.10. Ao final da Vistoria acima mencionada o representante da licitante deverá assinar a “Declaração de Vistoria”, conforme modelo do Anexo II do Termo de Referência, a qual será juntado ao dossiê da contratação.
- 9.11. Não haverá visita sem prévio agendamento e em mesma data/horário por mais de uma licitante, tampouco no dia da sessão pública.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

- 10.1. A proposta final da licitante vencedora deverá ser encaminhada no prazo de até 02 (duas) horas, a contar da solicitação do (a) Pregoeiro (a) no sistema eletrônico e deverá:
- 10.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pela licitante ou seu representante legal.
- 10.1.2. Apresentar o valor unitário e total dos serviços a serem prestados, devidamente ajustada ao lance vencedor.
- 10.2. A proposta de preço deverá contemplar o que consta no Termo de Referência.
- 10.3. Conter a indicação do banco, número da conta e agência da licitante vencedora, para fins de pagamento.
- 10.4. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à licitante vencedora, se for o caso.
- 10.5. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a licitante vencedora.
- 10.6. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.
- 10.7. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerá os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerá estes últimos.
- 10.8. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.
- 10.9. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outra licitante.
- 10.10. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11. DOS RECURSOS

- 11.1. O (a) Pregoeiro (a) declarará a vencedora e concederá o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, exclusivamente por meio do sistema, observando-se os procedimentos operacionais estabelecidos na plataforma Compras.gov.br.
- 11.2. A falta de manifestação motivada da licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.
- 11.3. O recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 11.4. Os procedimentos citados nos subitens 11.1. e 11.2. serão realizados exclusivamente no âmbito do sistema eletrônico.
- 11.5. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.6. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- 12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:
- 12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
- 12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando a licitante vencedora não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.
- 12.2. Todos as licitantes remanescentes deverão ser convocadas para acompanhar a sessão reaberta.
- 12.3. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”) ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.
- 12.4. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade da licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13. **DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

13.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá adjudicar o objeto e homologar a licitação.

14. **DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

- 14.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.
- 14.2. A impugnação poderá ser realizada somente de forma eletrônica, pelo e-mail cl@emgea.gov.br.
- 14.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 3 (três) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.
- 14.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 14.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço cl@emgea.gov.br.
- 14.6. O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de até 03 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.
- 14.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 14.8. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 14.9. Acolhida a impugnação contra o edital de licitação, será definida e publicada nova data para realização do certame, observados os prazos fixados no art. 17 da IN SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 14.10. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas em sítio eletrônico da Emgea e no sistema, dentro do prazo estabelecido, e vincularão os participantes e a Administração.

15. **DO CONTRATO**

- 15.1. Após a homologação da licitação, será firmado o Contrato ou emitido instrumento equivalente.
- 15.2. O adjudicatário terá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 15.3. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 15.4. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002.
- 15.5. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.
- 15.6. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pela licitante durante a vigência do contrato.
- 15.7. O(s) representante(s) legal(is) pela formalização do contrato deverão possuir Certificação Digital que viabilize a assinatura do contrato eletronicamente.
- 15.8. Na hipótese da licitante vencedora não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a essa licitante, poderá convocar outra licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato.

16. **DO CONTROLE E DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

- 16.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no item 23 do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

17. **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

- 17.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são as estabelecidas nos itens 14 e 15 do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

18. **DO PAGAMENTO**

- 18.1. As condições de pagamento estão previstas no item 26 do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

19. **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 19.1. As sanções administrativas estão previstas no item 19 do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

20. **DO REAJUSTE**

- 20.1. O reajuste está previsto no item 27 do Termo de Referência, Anexo I deste Edital

21. **DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

- 21.1. As despesas decorrentes da prestação dos serviços correrão à conta de dotação prevista no Programa de Dispendios Globais – PDG da Emgea, conforme previsão contida na proposta do PDG para 2026, nas contas contábeis e rubricas orçamentárias a seguir:

Classificação Contábil e Orçamentária	
Decreto	Decreto nº 12.804, de 29 de dezembro de 2025, que aprova o Programa de Dispendios Globais - PDG das empresas estatais federais para o exercício financeiro de 2026.
Rubrica Orçamentária	2.205.010.000 - SERVIÇOS DE TERCEIROS TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
Item Orçamentário	1080 - MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SISTEMAS DE TI
Conta Contábil	452.10.01 - DESPESA SERVIÇO DE TERCEIROS GUARDA ARQUIVOS MAGNÉTICOS
Centro de Resultado	03.02.01 - INSTITUCIONAL

22. **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

- 22.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.
- 22.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo (a) Pregoeiro (a).
- 22.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
- 22.4. A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 22.5. Incumbirá a licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 22.6. No julgamento das propostas e da habilitação, o (a) Pregoeiro (a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 22.7. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 22.8. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 22.9. As licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses

custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

- 22.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 22.11. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento da licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 22.12. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 22.13. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br/> e, também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço www.emgea.gov.br, no mesmo período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.
- 22.14. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 22.14.1. Anexo I – Termo de Referência;
- 22.14.2. Anexo II – Minuta do Contrato.

MARTVS ANTONIO ALVES DAS CHAGAS
DIRETOR

ANEXO I DO EDITAL

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

- 1.1. Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços contínuos de transporte seguro, custódia e guarda de mídias magnéticas, em ambiente externo às instalações da Emgea, devidamente controlado e com requisitos de segurança física e lógica, pelo prazo de 60 (sessenta) meses, em conformidade com as especificações técnicas, níveis de serviço e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência.

2. DA DESCRIÇÃO DO OBJETO

- 2.1 Os serviços serão executados sob demanda, de acordo com as necessidades operacionais da Emgea, observados os critérios de acionamento, prazos de atendimento, controles de segurança da informação, rastreabilidade e conformidade com a legislação vigente.
- 2.2 O serviço de transporte de volumes consiste na execução das atividades de coleta, transporte, manuseio, entrega e, quando aplicável, retorno de mídias magnéticas pertencentes à Emgea, observados os requisitos de segurança física, integridade, confidencialidade, rastreabilidade e controle de acesso, conforme as especificações técnicas estabelecidas no item 6 deste Termo de Referência.
- 2.3 A custódia de mídias caracteriza-se pela série de procedimentos executados de acordo com os itens 7, 8, 9 e 10 deste Termo de Referência, no sentido de preservar, armazenar, promover a segurança e proteger as mídias magnéticas da Emgea utilizando-se, dentre outros recursos e condições, os de armazenamento em sala segura com controle de temperatura, umidade, vigilância, monitoramento por câmeras, registros em vídeo, controle de acesso e demais condições que se fizerem necessárias.
- 2.4 Compete integralmente à CONTRATADA a execução de todos os serviços relacionados ao transporte, armazenamento e custódia segura das mídias magnéticas, incluindo o fornecimento de mobiliário apropriado, específico e de uso exclusivo, bem como de contêineres adequados (maletas de transporte), devidamente identificados e protegidos, e o acondicionamento das mídias em ambiente controlado, compatível com os requisitos de segurança física, ambiental e de proteção da informação, conforme as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.
- 2.5 O quadro a seguir apresenta os tipos de serviços a serem executados e a quantidade estimada de mídias magnéticas para custódia e transporte:

CUSTÓDIA E TRANSPORTE DE MÍDIAS					
LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE. MENSAL ESTIMADA	QTDE. TOTAL ESTIMADA (60 meses)
I	1	Custódia de mídia	Por mídia	500	30.000
	2	Movimentação normal de mídia - entrada e saída	Por mídia	250	15.000
	3	Movimentação emergencial de mídia - entrada e saída	Por mídia	100	6.000
	4	Transporte normal de mídias	Por viagem	20	1.200
	5	Transporte emergencial de mídias	Por viagem	8	480

- 2.6 O faturamento mensal será efetuado com base na apuração dos serviços efetivamente prestados, considerando, de forma discriminada, a quantidade de mídias magnéticas custodiadas, bem como os serviços de manuseio e transporte realizados no período de referência, observados os critérios de medição, comprovação e validação definidos neste Termo de Referência e devidamente atestados pela fiscalização do contrato.

3 DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS COMUNS

- 3.1 O objeto a ser contratado é considerado de natureza comum e pode ter seus padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por meio de especificações usuais do mercado.
- 3.2 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a Emgea, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize personalidade e subordinação direta.

4 DOS REQUISITOS LEGAIS

- 4.1 LG.NOR.008.05 - Regulamento de Licitações e Contratos Administrativos da Emgea.
- 4.2 OR.NOR.001.12 - Regimento Interno da Emgea.
- 4.3 Lei nº 14.133/2021, que regula licitações e contratos da Administração Pública.
- 4.4 Decreto nº 7.174/2010, que "regulamenta a contratação de bens e serviços de informática e automação pela Administração Pública Federal, direta ou indireta, pelas fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público e pelas demais organizações sob o controle direto ou indireto da União".
- 4.5 Lei nº 13.303/2016, que "dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios".
- 4.6 Instrução Normativa nº 65 SEGES/ME/2021, que "dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional".
- 4.7 Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

- 4.8 Lei nº 12.846/2013, que “dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências”.
- 4.9 Lei nº 8.248/1991, que “dispõe sobre a capacitação e competitividade do setor de informática e automação, e dá outras providências”.
- 4.10 Lei nº 8.429/1992, que “dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal; e dá outras providências”.
- 4.11 Os processos operacionais do serviço utilizados pela CONTRATADA deverão estar em consonância com as melhores práticas de sustentabilidade, contribuindo para a redução do impacto ambiental, quando for o caso.
- 4.12 A CONTRATADA deverá, preferencialmente, e em conformidade com as normas legais e regulamentares, participar e se engajar nas iniciativas e ações da Emgea, de caráter socioambiental, nas áreas vinculadas ao desenvolvimento sustentável, quando for o caso.

5 DA JUSTIFICATIVA

- 5.1 O contrato atualmente vigente para a prestação dos serviços de transporte e custódia de mídias magnéticas em ambiente seguro, externo às instalações da Emgea, encontra-se em fase final de vigência e não poderá ser prorrogado, uma vez que atingirá o prazo máximo de contratação permitido pela legislação vigente, tornando necessária a realização de novo processo de contratação para assegurar a continuidade dos serviços.
- 5.2 A presente contratação visa atender à necessidade institucional identificada no âmbito da Segurança da Informação da Emgea, de manter um ambiente seguro e segregado para a custódia das mídias magnéticas que contêm cópias de segurança (*backups*) dos dados corporativos, bem como garantir o transporte seguro dessas mídias entre o ambiente externo e as instalações da Emgea, em consonância com as melhores práticas de Segurança da Informação e de Continuidade de Negócios.
- 5.3 Os serviços a serem contratados são essenciais e estratégicos para a contingência, preservação e recuperação dos dados armazenados no ambiente tecnológico da Emgea, considerando que as mídias de backup armazenam cópias de segurança de bancos de dados, sistemas corporativos, máquinas virtuais, servidores, dispositivos de rede (switches) e demais serviços em produção no ambiente de Tecnologia da Informação, cuja indisponibilidade pode ocasionar impactos operacionais, institucionais e financeiros relevantes.
- 5.4 Dentre as vantagens a serem observadas com a referida contratação, podemos citar:
- 5.4.1 O armazenamento das mídias magnéticas em instalações externas dedicadas e seguras, dotadas de infraestrutura adequada, incluindo proteção contra incêndios e inundações, controle de temperatura e umidade, controle de acesso físico, monitoramento por sistema de CFTV, sistema de combate a incêndio, vigilância 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, bem como o acondicionamento das mídias em estantes, armários ou maletas apropriadas, em conformidade com as recomendações técnicas do fabricante;
- 5.4.2 A preservação dos dados corporativos em local geograficamente distinto das instalações da Emgea, mitigando riscos associados a incidentes, sinistros ou indisponibilidades totais ou parciais que possam comprometer a integridade do Datacenter e dos ativos de Tecnologia da Informação da Emgea;
- 5.4.3 Manutenção de cópias de segurança diárias, semanais, mensais e anuais dos dados corporativos da Emgea, de modo que quaisquer dados armazenados no ambiente de produção de TI possam ser restaurados através da solicitação de mídias magnéticas junto à empresa contratada; e
- 5.4.4 Armazenamento em local seguro de informações classificadas como sigilosas e/ou sensíveis, de acordo com a temporalidade estabelecida na legislação vigente.
- 5.5 A inexistência de um ambiente externo seguro para armazenamento das mídias magnéticas pode expor a Emgea a riscos relevantes, tais como perda de dados, indisponibilidade prolongada de sistemas, violações de confidencialidade e descumprimento de obrigações legais.
- 5.6 Em razão das características técnicas, operacionais e de segurança do objeto, optou-se pela contratação dos serviços em lote único, uma vez que as atividades de transporte, custódia, controle, rastreabilidade e disponibilização das mídias são interdependentes, não sendo recomendável sua execução por empresas distintas, sob pena de comprometimento da segurança da informação, da continuidade do serviço e da responsabilização contratual.
- 5.7 Desta forma, pelo exposto, faz-se necessária a contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de transporte e custódia de mídias magnéticas em ambiente seguro, externo às instalações da Emgea.

6 RESULTADOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO

- 6.1 Garantir a continuidade operacional dos serviços de Tecnologia da Informação da Emgea, por meio da custódia segura e do transporte controlado das mídias magnéticas que contêm as cópias de segurança dos dados corporativos;
- 6.2 Assegurar a proteção, integridade, confidencialidade e disponibilidade das mídias magnéticas armazenadas em ambiente externo seguro, mitigando riscos de perda, corrupção ou acesso não autorizado às informações;
- 6.3 Viabilizar a implementação efetiva das estratégias de backup e recuperação de desastres, assegurando a disponibilidade das mídias necessárias para restauração de dados, sistemas e serviços críticos, conforme as janelas de retenção estabelecidas;
- 6.4 Mitigar riscos operacionais, institucionais, legais e reputacionais associados a incidentes, sinistros ou indisponibilidades que possam comprometer o Datacenter ou os ativos de Tecnologia da Informação da Emgea;
- 6.5 Assegurar a rastreabilidade, o controle e a cadeia de custódia das mídias magnéticas, por meio de registros, inventários, relatórios periódicos e mecanismos de identificação adequados;
- 6.6 Garantir a conformidade com a legislação vigente, bem como com as políticas, normas e diretrizes institucionais de Segurança da Informação, Continuidade de Negócios e Governança de TI da Emgea;
- 6.7 Proporcionar previsibilidade orçamentária e estabilidade à gestão contratual, mediante a contratação dos serviços pelo prazo de 60 (sessenta) meses, favorecendo o planejamento, a racionalização de custos e a continuidade dos serviços essenciais;
- 6.8 Fortalecer a capacidade de resposta a incidentes e situações de contingência, reduzindo impactos operacionais e assegurando a pronta recuperação dos serviços corporativos;
- 6.9 Contribuir para a elevação do nível de maturidade da Segurança da Informação da Emgea, por meio da adoção de práticas consolidadas de custódia externa, transporte seguro e proteção de dados corporativos.

7 DO LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 7.1 Os serviços contratados devem ser prestados nas dependências da Emgea, localizada no Setor Bancário Sul (SBS), Quadra 2 Bloco J, S/N, Andares 4, 5, 7, 8 e 10, Edifício Carlton Tower, Brasília-DF, CEP 70.070-120.

8 DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 8.1 A CONTRATADA deverá prestar os serviços de custódia, armazenamento, acondicionamento e proteção das mídias magnéticas, em ambiente devidamente seguro, estruturado e controlado, em estrita conformidade com as especificações técnicas e os requisitos de segurança estabelecidos nos itens 8 e 9 deste Termo de Referência.
- 8.2 A CONTRATADA deverá realizar o transporte dos volumes entre suas instalações ou local de custódia das mídias e a sede da Emgea, conforme as exigências deste Termo de Referência, sendo caracterizado como:
- a) Entrega: o transporte dos volumes do local de custódia da CONTRATADA para a sede da Emgea;
- b) Coleta: o transporte dos volumes da sede da Emgea para o local de custódia da CONTRATADA.
- 8.2.1 A sede da Emgea, para fins de coleta e entrega das mídias magnéticas, corresponde ao endereço indicado no item 7.1 deste Termo de Referência.
- 8.3 A CONTRATADA deverá registrar adequadamente os dados identificadores em planilhas, arquivos ou sistema informatizado próprio que possibilite a

extração de relatórios, com o objetivo de indexação das informações e identificação das mídias transportadas.

- 8.4 É de inteira e exclusiva responsabilidade da CONTRATADA qualquer dano causado às mídias magnéticas durante o manuseio, transporte ou armazenamento, devendo assegurar que as condições de transporte em malas, contêineres ou outros meios de acondicionamento atendam integralmente às exigências do fabricante das mídias, especialmente quanto a:
- 8.4.1 Isolamento térmico adequado;
 - 8.4.2 Preservação da integridade física das mídias;
 - 8.4.3 Proteção contra impactos, choques e vibrações durante o transporte;
 - 8.4.4 À correta orientação e posicionamento das mídias durante o transporte e o armazenamento.
- 8.5 Deverão ser transportadas para a Emgea exclusivamente as mídias formalmente solicitadas, devendo os contêineres, malas ou meios de acondicionamento serem compatíveis com as quantidades demandadas e atender às características previstas nos subitens 8.1 a 8.4.
- 8.6 A CONTRATADA deverá disponibilizar sala segura ou ambiente controlado para o armazenamento das mídias, observando integralmente os requisitos e características estabelecidos no item 8 deste Termo de Referência.
- 8.7 Para o armazenamento das mídias, a CONTRATADA deverá disponibilizar, no mínimo:
- 8.7.1 Malas, armários ou mobiliário técnico específico, de uso exclusivo, adequados ao armazenamento de mídias LTO, em conformidade com as exigências do fabricante das mídias, com capacidade suficiente para o acondicionamento de no mínimo 500 (quinhentas) unidades de mídias;
 - 8.7.1.1 O quantitativo poderá ser distribuído em mais de uma mala ou mobiliário técnico específico, desde que mantidas as condições de segurança, controle e rastreabilidade.
 - 8.7.2 Lacre de segurança com código de identificação, para utilização em cada mala;
 - 8.7.3 Etiquetas de identificação contendo código de barras, associadas aos registros de controle e rastreabilidade das mídias.
- 8.8 A CONTRATADA deve elaborar e disponibilizar à Emgea um RELATÓRIO MENSAL referente à prestação dos serviços executados no período, devendo conter, no mínimo, as seguintes informações:
- 8.8.1 Identificação e quantidade de mídias que estão sob custódia da CONTRATADA, com posição na data de elaboração do relatório;
 - 8.8.2 Identificação e quantidade de mídias já cadastradas em sistema próprio da CONTRATADA e que estejam sob sua posse, com posição na data de elaboração do relatório;
 - 8.8.3 Todas as solicitações/aberturas de Ordens de Serviço realizadas pela Emgea no período, contendo a identificação das mídias solicitadas para entrega e coleta em cada uma das solicitações;
 - 8.8.4 Registro de todas as movimentações de mídias (entrada e saída) realizadas no período;
 - 8.8.5 Relação de todos os transportes realizados no período, incluindo os transportes regulares e emergenciais.
- 8.9 A CONTRATADA deve encaminhar o RELATÓRIO MENSAL ao Fiscal do Contrato da Emgea em até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do último dia útil do mês referente ao período em análise.
- 8.10 O RELATÓRIO MENSAL deve conter todas as informações necessárias para subsidiar a Emgea na apuração dos indicadores relacionados aos acordos de nível de serviço.
- 8.11 O RELATÓRIO MENSAL será analisado pelo Fiscal do Contrato, que deverá verificar e ratificar as informações nele contidas em até 2 (dois) dias úteis, contados a partir da data de seu recebimento.
- 8.11.1 Caso sejam identificadas inconsistências, o Fiscal do Contrato deverá comunicar formalmente a CONTRATADA, indicando, por escrito, os ajustes necessários;
 - 8.11.2 A CONTRATADA deverá corrigir as inconsistências apontadas e encaminhar o RELATÓRIO MENSAL retificado em até 2 (dois) dias úteis, contado a partir da data de recebimento da comunicação formal realizada pelo Fiscal do Contrato.
- 8.12 O recebimento do RELATÓRIO MENSAL, contendo todas as informações mínimas exigidas, bem como a apuração das glosas eventualmente aplicáveis, constitui condição indispensável para o ateste da Nota Fiscal pelo Fiscal do Contrato.

9 DAS CONDIÇÕES DO LOCAL DE ARMAZENAMENTO DAS MÍDIAS

- 9.1 O ambiente da CONTRATADA destinado à guarda e custódia das mídias magnéticas deverá estar localizado no Distrito Federal, de modo a atender aos requisitos de segurança, logística, fiscalização contratual e pronta resposta às demandas operacionais da Emgea.
- 9.2 O local de armazenamento das mídias magnéticas, além de ser de uso exclusivo para esse fim, sendo vedada sua subdivisão e utilização para outras atividades, deverá ainda:
- 9.2.1 Ser mantido em condições ambientais apropriadas, compatíveis com as exigências técnicas das mídias magnéticas do tipo LTO a serem armazenadas, em conformidade com as recomendações do fabricante e com as disposições deste Termo de Referência;
 - 9.2.2 Dispor, preferencialmente, de sistema de energia elétrica secundário ou contingenciado, de modo que, em caso de interrupção no fornecimento de energia, seja assegurado o funcionamento contínuo dos sistemas de segurança contra incêndio, de monitoramento por câmeras e de climatização do ambiente.
- 9.3 O local destinado ao armazenamento das mídias deverá atender, obrigatoriamente, aos seguintes requisitos mínimos:
- 9.3.1 Possuir paredes, teto e piso protegidos contra umidade, prevenindo danos físicos às mídias;
 - 9.3.2 Possuir paredes, teto e piso com resistência ao fogo, compatíveis com normas técnicas aplicáveis à proteção contra incêndios;
 - 9.3.3 Manter a umidade relativa do ar controlada, preferencialmente entre 20% (vinte por cento) e 55% (cinquenta e cinco por cento);
 - 9.3.4 Manter a temperatura ambiente controlada, preferencialmente entre 10°C (dez graus Celsius) e 23°C (vinte e três graus Celsius);
 - 9.3.5 Manter o ambiente limpo, organizado e distante de equipamentos como fotocopiadoras, evitando contaminação por pó de toner, papel ou outros tipos de partículas;
 - 9.3.6 Dispor de controle de acesso físico ao ambiente interno de guarda, com registro de entradas e saídas, permitindo a emissão de relatórios para fins de auditoria e fiscalização;
 - 9.3.7 Conter mobiliário adequado para a guarda de mídias magnéticas tipo LTO;
 - 9.3.8 Possuir sistema de climatização específico para o ambiente de guarda das mídias, devendo a CONTRATADA comprovar a realização de manutenções periódicas que garantam o funcionamento contínuo e adequado do sistema, sendo desejável a existência de ambiente climatizado intermediário (antessala);
 - 9.3.9 Possuir termohigrômetro e/ou termohigrógrafo para acompanhamento climático;
 - 9.3.10 Possuir sistema automatizado de controle e gerenciamento de temperatura e umidade do ambiente;
 - 9.3.11 Não estar localizado em área sujeita a inundações, alagamentos ou com elevado risco de incêndio;
 - 9.3.12 Possuir central de detecção de incêndio, com detectores e alarme de incêndio, nos ambientes de acesso e de guarda de mídias;
 - 9.3.13 Dispor de equipamentos de proteção e combate a incêndio, devidamente sinalizados e posicionados em locais estratégicos, tanto no acesso quanto na

sala de guarda das mídias;

9.3.14 Utilizar sistema de combate a incêndio apropriado que preserve a integridade de mídias magnéticas tipo LTO, vedada a utilização de agentes que possam causar danos físicos ou lógicos às mídias, de acordo com as recomendações do fabricante das mídias.

10 DA SEGURANÇA FÍSICA DO ACERVO

10.1 A CONTRATADA deverá disponibilizar, no ambiente destinado ao armazenamento das mídias corporativas, infraestrutura adequada de segurança física e lógica, contemplando, no mínimo, os seguintes requisitos:

10.1.1 Controle de acesso individualizado e contínuo, de forma ininterrupta, assegurando condições adequadas de armazenamento do acervo e proteção contra furto, roubo, acesso não autorizado, extravio ou adulteração das mídias;

10.1.2 Sistema de controle individual de acesso, com registro de logs de entradas e saídas da sala segura, contendo identificação nominal dos acessos, bem como datas e horários, para fins de rastreabilidade, auditoria e fiscalização;

10.1.3 Sistema de monitoramento e gravação por câmeras de vídeo (CFTV), internas e externas, em funcionamento 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, abrangendo os ambientes de acesso, de antessala e de guarda das mídias;

10.1.3.1 As imagens armazenadas pelo sistema de monitoramento da CONTRATADA deverão permanecer disponíveis para consulta da Emgea, pelo prazo mínimo de 30 (trinta) dias, ou por período superior, caso exigido por legislação aplicável;

10.1.3.2 A Emgea reserva-se o direito de solicitar, a qualquer tempo, as imagens relacionadas ao sistema de monitoramento referentes aos serviços contratados, para fins de verificação, auditoria ou apuração de ocorrências.

10.1.4 Serviço de vigilância especializada, em regime ininterrupto (24 horas por dia, 7 dias por semana), com registro formal de ocorrências;

10.1.4.1 Entende-se por serviço de vigilância a atividade que visa fornecer o serviço de proteção física do local, de pessoas e dos bens imóveis onde está localizado o ambiente de guarda de mídias da CONTRATADA;

10.1.4.2 O serviço de vigilância pode ser realizado por meio de sistema de monitoramento eletrônico e/ou físico, prestado por pessoas habilitadas com treinamento adequado para a prestação desse tipo de serviço.

10.1.5 Sistemas de detecção e proteção contra incêndio, em operação contínua, com funcionamento 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, incluindo, no mínimo, detectores de fumaça, alarmes e equipamentos de combate a incêndio, adequados ao ambiente de guarda das mídias e de acordo com as recomendações do fabricante das mídias magnéticas;

10.1.5.1 O sistema de combate a incêndio deve ser compatível com a preservação da integridade das mídias magnéticas, de modo a não causar danos físicos ou lógicos às mídias em caso de acionamento do sistema;

10.1.5.2 Caso o sistema de combate a incêndio instalado no ambiente de guarda de mídias não seja apropriado para preservação da integridade das mídias armazenadas, a CONTRATADA deverá acondicionar as mídias magnéticas em maletas de proteção específicas, de forma que as mídias sejam protegidas em caso de acionamento do sistema de combate a incêndio instalado neste ambiente.

11 DA PERIODICIDADE DO TRANSPORTE DE MÍDIAS

11.1 O objeto do contrato contempla a realização de transporte periódico de mídias, com frequência semanal, independentemente da quantidade demandada, podendo ocorrer em qualquer dia da semana, conforme as necessidades operacionais da Emgea, mediante abertura de Ordem de Serviço.

11.2 Transporte normal de mídias

11.2.1 Para atendimento das demandas classificadas como transporte normal, poderão ser solicitados até 1.200 (mil e duzentos) transportes ao longo da vigência do contrato, conforme as necessidades operacionais da Emgea.

11.2.2 Será considerado como transporte normal o movimento de mídias ocorrido no horário de 8hs às 18hs, nos dias úteis, de segunda a sexta-feira.

11.2.3 Caso a solicitação de entrega das mídias seja realizada até as 12hs, a CONTRATADA terá o prazo de 6 (seis) horas para a entrega das mídias solicitadas, contadas a partir da data e hora da solicitação/abertura da Ordem de Serviço.

11.2.4 Caso a solicitação de entrega de mídias seja realizada após as 12hs, a entrega das mídias poderá ser realizada pela CONTRATADA até as 10hs do dia subsequente à solicitação.

11.3 Transporte emergencial de mídias

11.3.1 Para atendimento das demandas classificadas como transporte emergencial, poderão ser solicitados até 480 (quatrocentos e oitenta) transportes ao longo da vigência do contrato, conforme as necessidades operacionais da Emgea.

11.3.2 Considera-se transporte emergencial aquele realizado em regime ininterrupto (24 horas por dia, 7 dias por semana), inclusive aos sábados, domingos e feriados.

11.3.3 O prazo máximo para a entrega das mídias, nos casos de transporte emergencial, será de até 4 (quatro) horas, contado a partir do registro da solicitação e abertura da Ordem de Serviço.

11.3.4 O prazo estabelecido para o transporte emergencial deverá ser cumprido independentemente do dia da semana, do horário ou da natureza do evento que motivou a solicitação.

11.3.5 As solicitações serão realizadas por intermédio de pessoas credenciadas e autorizadas pela Emgea junto à CONTRATADA.

12 DO ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO (ANS)

12.1 Disposições Gerais

12.1.1 O Acordo de Nível de Serviço (ANS) tem por finalidade mensurar, acompanhar e avaliar a qualidade, a eficiência e a conformidade dos serviços prestados pela CONTRATADA, em relação aos níveis de desempenho estabelecidos neste Termo de Referência.

12.1.2 O Acordo de Nível de Serviço (ANS) é composto por itens relacionados aos serviços que serão prestados pela CONTRATADA em atendimento ao objeto do Contrato.

12.1.3 Os serviços abrangidos pelo ANS compreendem, no mínimo:

12.1.3.1 Fiscalização do Contrato;

12.1.3.2 Custódia de mídia;

12.1.3.3 Movimentação normal de mídia – entrada e saída;

12.1.3.4 Movimentação emergencial de mídia – entrada e saída;

12.1.3.5 Transporte normal de mídia; e

12.1.3.6 Transporte emergencial de mídia.

12.1.4 A medição da qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA será realizada por meio de sistema de pontuação, cujo resultado definirá o valor mensal a ser pago no período avaliado.

12.1.5 As situações abrangidas pelo ANS referem-se a ocorrências inerentes à execução contratual, não eximindo a CONTRATADA do cumprimento das demais obrigações contratuais nem da aplicação das sanções previstas na legislação e no contrato.

12.1.6 A Emgea poderá, mediante acordo formal entre as partes, promover ajustes nos procedimentos e na metodologia de avaliação do ANS durante a execução contratual, desde que comprovada maior eficiência do novo modelo e inexistência de prejuízo à CONTRATADA.

12.1.7 O principal elemento para medir a qualidade e a eficácia dos serviços prestados será o Acordo de Nível de Serviço (ANS). Com relação a esse item, devem ser considerados os seguintes aspectos:

12.1.7.1 Os ANS serão aplicados para medir a qualidade e a eficácia de todos os serviços abrangidos pelo Contrato e essenciais para o cumprimento do objeto pela CONTRATADA;

12.1.7.2 Objetivando a qualidade, a CONTRATADA deverá estabelecer procedimentos e condições que permitam a melhoria contínua dos serviços prestados;

12.1.7.3 O descumprimento dos indicadores de desempenho definidos no ANS poderá ensejar a aplicação de glosas nos pagamentos, conforme critérios estabelecidos neste Termo de Referência;

12.1.7.4 Os relatórios apresentados devem conter todas as informações necessárias para subsidiar a Emgea na averiguação dos acordos de nível de serviço.

12.2 Dos Procedimentos

12.2.1 O Fiscal do Contrato, designado pela Emgea, acompanhará e fiscalizará a execução dos serviços, atuando em conjunto com o(s) preposto(s) formalmente indicado(s) pela CONTRATADA.

12.2.2 Do referido acompanhamento, o Fiscal do Contrato deverá apontar as irregularidades encontradas e classificá-las, conforme tabela abaixo:

Tipo	Nível
01	Leve
02	Média
03	Grave

12.2.3 Constatada a ocorrência de irregularidades na prestação dos serviços, o Fiscal do Contrato notificará o preposto da CONTRATADA, para ciência dos fatos e apresentação das devidas justificativas e tratativas corretivas.

12.2.4 A notificação quanto à existência de irregularidades na execução no Contrato deverá ser por escrito, através de registro em e-mail ou Ofício, independente da gravidade da situação ou da reincidência do fato.

12.2.5 Constatando irregularidade passível de notificação, o Fiscal do Contrato relatará a ocorrência, descrevendo o tipo, o nível, o valor da pontuação, o dia e a hora da ocorrência e demais dados julgados relevantes para o perfeito entendimento e avaliação da irregularidade.

12.2.6 A notificação de irregularidade deve ser encaminhada ao preposto da CONTRATADA ou a outro representante designado pelo mesmo, o qual deverá manifestar o seu recebimento.

12.2.7 Caso não haja confirmação voluntária de recebimento da notificação pela CONTRATADA no prazo de até 2 (dois) dias úteis, a Emgea considerará a notificação validamente entregue.

12.2.8 Após o recebimento, o preposto da CONTRATADA deverá apresentar as devidas justificativas e tratativas para a(s) ocorrência(s) apontada(s), respeitando a tabela de prazos a seguir:

Tipo	Nível de Graduação	Prazo para a apresentação das justificativas e tratativas
01	Leve	48 horas
02	Média	24 horas
03	Grave	8 horas

12.2.9 As notificações que não forem respondidas dentro dos prazos estabelecidos serão consideradas encerradas para fins de apuração do ANS.

12.2.10 A CONTRATADA deverá informar previamente ao Fiscal do Contrato a data prevista para emissão das faturas mensais.

12.2.11 Em até 03 (três) dias úteis anteriores à data de encaminhamento da fatura mensal pela CONTRATADA, o Fiscal do Contrato deverá informar a CONTRATADA por escrito, através de e-mail ou Ofício, sobre o resultado da apuração mensal dos serviços prestados e, quando couber, as glosas que porventura deverão ser aplicadas na fatura.

12.2.12 A CONTRATADA, de posse das informações repassadas pelo Fiscal do Contrato, emitirá fatura mensal relativa aos serviços prestados, abatendo do valor devido pela Emgea os descontos relativos à aplicação do Acordo de Nível de Serviços.

12.2.13 O Fiscal do Contrato, ao receber da CONTRATADA as faturas mensais para ateste, somente o fará quando verificada a dedução dos descontos acima mencionados.

12.2.14 Verificada a regularidade da fatura, o Fiscal do Contrato juntará a estas as notificações produzidas no período, juntamente com os documentos especificados no item 27.3 deste Termo de Referência, e os encaminhará para pagamento.

12.3 Do sistema de pontuação

12.3.1 O sistema de pontuação tem por finalidade estabelecer critérios objetivos para a mensuração da gravidade e da reincidência das ocorrências registradas durante a execução contratual, servindo como base para a avaliação da qualidade dos serviços prestados, bem como para a aplicação de glosas e demais efeitos previstos no Acordo de Nível de Serviço (ANS).

12.3.2 As ocorrências são dispostas em 3 (três) níveis de graduação, atribuindo-se a cada nível uma sequência de pontuação determinada, conforme tabela abaixo.

Tipo de irregularidade	Peso	Pontuação da irregularidade/ocorrência					
		1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª
Tipo 01 (Leve)	1	Emissão de Notificação	0,60	0,70	0,80	0,90	1,00
Tipo 02 (Média)	1	Emissão de Notificação	1,30	1,40	1,50	1,60	1,70
Tipo 03 (Grave)	1	2,00	2,10	2,20	2,30	2,40	2,50

Quando o número de ocorrências para o mesmo Tipo ultrapassar o número de 6 (seis) será atribuída a este a classificação para o Tipo imediatamente superior. Em já sendo a ocorrência do Tipo 03, deverá ser iniciada pela Emgea a avaliação da suspensão de pagamentos à CONTRATADA até que todas as irregularidades sejam sanadas.

12.4 Da faixa de ajuste no pagamento

12.4.1 A faixa de ajuste no pagamento será definida pela **Nota Geral da Avaliação de Desempenho dos Serviços - NGADS**, cuja fórmula segue abaixo:

$$12.4.2 \text{ NGADS} = 100 - \sum \square\square\square\square\square, \text{ sendo pontos} = \text{Peso} \times \text{Pontuação da irregularidade/ocorrência}$$

12.4.3 Onde $\sum \square\square\square\square\square$ é a soma dos pontos anotados, relativos às irregularidades registradas nos Termos de Notificação e informadas à CONTRATADA.

12.4.4 O preço pactuado para o atendimento ao objeto do Contrato refere-se ao Desempenho Técnico correspondente à NGADTS igual ou superior a 98, em cada mês de avaliação. Caso o nível de desempenho técnico não seja atingido, será aplicada a seguinte tabela de compensação:

Pontuação	Considerações/Ajustes no pagamento
NGADTS entre 98 a 100	Serviço Adequado
NGADTS entre 95 e 97	Desconto de 2% sobre o valor total da fatura mensal
NGADTS entre 90 e 94	Desconto de 4% sobre o valor total da fatura mensal
NGADTS entre 80 e 89	Desconto de 6% sobre o valor total da fatura mensal
NGADTS inferior a 80	Desconto de 10% sobre o valor total da fatura mensal e avaliação quanto à rescisão contratual

12.5 Indicadores de Nível de Serviço

12.5.1 A CONTRATADA deve garantir que todos os serviços e entregáveis referentes ao cumprimento das cláusulas contratuais sejam prestados dentro dos prazos acordados.

12.5.2 A qualidade e a eficácia dos serviços prestados serão medidas pelos indicadores descritos nas tabelas abaixo.

Indicador 01	Prazo para entrega do Relatório Mensal
Tipo	Apresentação de documentação e auditoria
Serviço	Fiscalização do Contrato
Definição	A CONTRATADA deve gerar e entregar, em modelo e formato acordado com a Emgea, o RELATÓRIO MENSAL dos serviços prestados, em conformidade com o item 8.8 deste Termo de Referência.
Periodicidade avaliação da	Mensal
Forma de avaliação	Cumprimento de prazo
Classificação do indicador	Tipo 01 (Leve)
Unidade de medida	Por ocorrência
Meta	Entregar o RELATÓRIO MENSAL em até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do último dia útil do mês referente ao período em análise.
Observação	A pontuação por ocorrência será aplicada para as reincidências de descumprimento observadas durante toda a vigência do Contrato, independentemente do mês em que ocorreu.
Considerações gerais	Se houver glosa no pagamento, esta será aplicada na fatura relativa ao mês em que ocorreu o descumprimento do ANS.

Indicador 02	Prazo para correção do Relatório Mensal
Tipo	Apresentação de documentação e auditoria
Serviço	Fiscalização do Contrato
Definição	A CONTRATADA deve corrigir as inconsistências observadas no RELATÓRIO MENSAL dos serviços prestados, em conformidade com o item 8.11 deste Termo de Referência.
Periodicidade avaliação da	Eventual (sempre que solicitado pela Emgea)
Forma de avaliação	Cumprimento de prazo
Classificação do indicador	Tipo 01 (Leve)
Unidade de medida	Por ocorrência

Meta	Entregar o relatório corrigido em até 2 (dois) dias úteis, contados a partir da data de recebimento da comunicação por escrito realizada pelo Fiscal do Contrato.
Observação	A pontuação por ocorrência será aplicada para as reincidências de descumprimento observadas durante toda a vigência do Contrato, independentemente do mês em que ocorreu.
Considerações gerais	Se houver glosa no pagamento, esta será aplicada na fatura relativa ao mês em que ocorreu o descumprimento do ANS.

Indicador 03	Prazo para entrega de documentos relacionados ao ambiente de guarda de mídias
Tipo	Apresentação de documentação e auditoria
Serviço	Fiscalização do Contrato
Definição	Durante a vigência do Contrato, a CONTRATADA deve encaminhar, sempre que solicitado pela Emgea, todos os laudos, certificações, evidências e documentos que comprovem que o ambiente de guarda de mídias da CONTRATADA está em conformidade com as exigências contratuais.
Periodicidade da avaliação	Eventual (sempre que solicitado pela Emgea)
Forma de avaliação	Cumprimento de prazo
Classificação do indicador	Tipo 02 (Média)
Unidade de medida	Por documento
Meta	Encaminhar os documentos solicitados em até 3 (três) dias úteis, contados a partir da data da solicitação realizada pela Emgea, por escrito, mediante e-mail ou Ofício.
Observação	A CONTRATADA deve encaminhar laudos, certificações, evidências e documentos de conformidade do ambiente de guarda de mídias e de cumprimento das exigências contratuais, conforme exigências contidas nos itens 8, 9, 10 e 18.5 deste Termo de Referência.
Considerações gerais	Se houver glosa no pagamento, esta será aplicada na fatura relativa ao mês em que ocorreu o descumprimento do ANS.

Indicador 04	Prazo para realização de vistoria no ambiente de guarda de mídias
Tipo	Conformidade
Serviço	Custódia de mídia
Definição	Durante a vigência do Contrato, a CONTRATADA deve permitir, sempre que solicitado pela Emgea, a realização de vistoria em seu ambiente no qual estão armazenadas/acondicionadas as mídias da Emgea, para verificação de conformidade com o objeto contratual.
Periodicidade da avaliação	Eventual (sempre que solicitado pela Emgea)
Forma de avaliação	Cumprimento de prazo
Classificação do indicador	Tipo 02 (Média)
Unidade de medida	Por vistoria
Meta	A data da vistoria deve ocorrer em até 7 (sete) dias úteis, contados a partir da data da solicitação de vistoria realizada pela Emgea, por escrito, mediante e-mail ou Ofício.
Observação	A CONTRATADA deve permitir a realização de vistoria das instalações do seu ambiente de guarda de mídias, por prepostos da Emgea, com ou sem o acompanhamento de prepostos de empresa de auditoria independente contratada pela Emgea.
Considerações gerais	Se houver glosa no pagamento, esta será aplicada na fatura relativa ao mês em que ocorreu o descumprimento do ANS.

Indicador 05	Registro de movimentação de mídias em sistema apropriado
Tipo	Conformidade

Serviços	Movimentação normal de mídia – entrada e saída Movimentação emergencial de mídia – entrada e saída
Definição	A CONTRATADA deve registrar a movimentação de mídias (entrada e saída) em sistema apropriado.
Periodicidade da avaliação	Mensal
Forma de avaliação	Comparação dos registros de movimentação de mídias realizados em sistema com as Ordens de Serviço e os Relatórios Mensais
Classificação do indicador	Tipo 02 (Média)
Unidade de medida	Por registro/inconformidade
Meta	Registrar a movimentação de mídias em sistema apropriado, conforme as solicitações/aberturas de Ordens de Serviço.
Observação	A CONTRATADA deve assegurar que todas as movimentações de mídias solicitadas pela Emgea foram registradas em seu sistema de gerenciamento. Serão aplicadas penalidades para todos os casos de movimentação de mídias realizadas em desconformidade com as solicitações realizadas pela Emgea, inclusive aquelas realizadas para atendimento às solicitações de transporte.
Considerações gerais	Se houver glosa no pagamento, esta será aplicada na fatura relativa ao mês em que ocorreu o descumprimento do ANS.

Indicador 06	Dano físico à mídia
Tipo	Conformidade
Serviços	Custódia de mídia Movimentação normal de mídia – entrada e saída Movimentação emergencial de mídia – entrada e saída Transporte normal de mídia Transporte emergencial de mídia
Definição	A CONTRATADA deve adotar todas as providências necessárias de modo a evitar danos físicos às mídias da Emgea, decorrentes da prestação dos serviços de custódia, movimentação normal ou emergencial (entrada e saída) e transporte normal ou emergencial (coleta a entrega) de mídias.
Periodicidade da avaliação	Mensal
Forma de avaliação	Por ocorrência/inconformidade identificada
Classificação do indicador	Tipo 03 (Grave)
Unidade de medida	Por mídia
Meta	Não causar dano físico às mídias da Emgea, causada por imperícia ou negligência da CONTRATADA.
Observação	A CONTRATADA deve observar todas as exigências contidas no Contrato e neste Termo de Referência, de modo a preservar a integridade física das mídias da Emgea. Serão aplicadas glosas por mídia, para todas as ocorrências de dano físico às mídias da Emgea, comprovadamente identificadas por imperícia ou negligência da CONTRATADA.
Considerações gerais	Se houver glosa no pagamento, esta será aplicada na fatura relativa ao mês em que ocorreu o descumprimento do ANS.

Indicador 07	Prazo de entrega de mídias decorrentes do serviço de transporte normal para solicitação/abertura de Ordem de Serviço realizada até as 12hs
Tipo	Cumprimento de prazo
Serviço	Transporte normal de mídias
Definição	Após solicitação/abertura de Ordem de Serviço realizada pela Emgea até as 12hs, a CONTRATADA deve prestar o serviço de transporte normal de mídias e entregar as mídias solicitadas na sede da Emgea.

Periodicidade da avaliação	Mensal
Forma de avaliação	Cumprimento de prazo
Classificação do indicador	Tipo 01 (Leve)
Unidade de medida	Por transporte
Meta	Entregar as mídias em até 6 (seis) horas corridas após a solicitação.
Observação	Para solicitações realizadas até as 12hs, a CONTRATADA deve concluir o serviço de transporte normal de mídias, mediante entrega das mídias solicitadas na sede da Emgea, em até 6 (seis) horas corridas, contadas da data e hora da solicitação/abertura da Ordem de Serviço.
Considerações gerais	Se houver glosa no pagamento, esta será aplicada na fatura relativa ao mês em que ocorreu o descumprimento do ANS.

Indicador 08	Prazo de entrega de mídias decorrentes do serviço de transporte normal para solicitação/abertura de Ordem de Serviço realizada após as 12hs
Tipo	Cumprimento de prazo
Serviço	Transporte normal de mídias
Definição	Após solicitação/abertura de Ordem de Serviço realizada pela Emgea após as 12hs, a CONTRATADA deve prestar o serviço de transporte normal de mídias e entregar as mídias solicitadas na sede da Emgea.
Periodicidade da avaliação	Mensal
Forma de avaliação	Cumprimento de prazo
Classificação do indicador	Tipo 01 (Leve)
Unidade de medida	Por transporte
Meta	Entregar as mídias até as 10hs do dia útil subsequente à solicitação.
Observação	Para solicitações realizadas após as 12hs, a CONTRATADA deve concluir o serviço de transporte normal de mídias, mediante entrega das mídias solicitadas na sede da Emgea, até as 10hs do dia útil subsequente à solicitação/abertura da Ordem de Serviço.
Considerações gerais	Se houver glosa no pagamento, esta será aplicada na fatura relativa ao mês em que ocorreu o descumprimento do ANS.

Indicador 09	Prazo de entrega de mídias decorrentes do serviço de transporte emergencial
Tipo	Cumprimento de prazo
Serviço	Transporte emergencial de mídias
Definição	Após solicitação/abertura de Ordem de Serviço pela Emgea, a CONTRATADA deve prestar o serviço de transporte emergencial de mídias e entregar as mídias solicitadas na sede da Emgea.
Periodicidade da avaliação	Mensal
Forma de avaliação	Cumprimento de prazo
Classificação do indicador	Tipo 03 (Grave)
Unidade de medida	Por transporte
Meta	Entregar as mídias em até 4 (quatro) horas corridas após a solicitação.
Observação	A CONTRATADA deve concluir o serviço de transporte emergencial de mídias, mediante entrega das mídias solicitadas na sede da Emgea, em até 4 (quatro) horas corridas, contadas da data e hora da solicitação/abertura da Ordem de Serviço.
Considerações gerais	Se houver glosa no pagamento, esta será aplicada na fatura relativa ao mês em que ocorreu o descumprimento do ANS.

13 DA ORDEM DE SERVIÇO

- 13.1 Todas as solicitações de serviços no âmbito deste contrato deverão ser formalizadas, obrigatoriamente, por meio de Ordem de Serviço (OS), constituindo-se este o instrumento oficial de acionamento da CONTRATADA.
- 13.2 A CONTRATADA deverá utilizar o modelo de Ordem de Serviço constante no Anexo III deste Termo de Referência ou modelo próprio previamente aprovado pela Emgea, desde que contenha todas as informações necessárias ao controle, rastreabilidade e fiscalização dos serviços.
- 13.3 Para fins de controle dos prazos de atendimento, considerar-se-á a Ordem de Serviço aberta e válida a partir do registro do acionamento da CONTRATADA, observado o horário efetivo da solicitação.
- 13.4 O fechamento da Ordem de Serviço ocorrerá no momento do término efetivo da execução do serviço, devendo tal encerramento ser formalmente registrado na OS e atestado pelo responsável técnico da CONTRATADA e pelo responsável técnico designado pela Emgea.
- 13.5 O serviço será considerado devidamente prestado somente após o encerramento formal da Ordem de Serviço, com o respectivo ateste pelas partes envolvidas.
- 13.6 O descumprimento dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, especialmente aqueles previstos no item 11, poderá ensejar a aplicação de glosas nos pagamentos devidos à CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades previstas na legislação vigente e no contrato.

14 DAS OBRIGAÇÕES DA EMGEA

- 14.1 Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato por intermédio de empregados especialmente designados.
- 14.2 Fornecer à CONTRATADA relação com nome dos fiscais do contrato designados pela Emgea.
- 14.3 Fornecer à CONTRATADA relação com nome dos empregados da Superintendência de Tecnologia – SUTEC, credenciados a abrir chamados e acompanhar os serviços contratados.
- 14.4 Permitir acesso dos profissionais da CONTRATADA, quando necessário, desde que devidamente identificados, às dependências da Emgea, para executar atividades relacionadas à prestação dos serviços contratados, sendo vedada, salvo se por autorização expressa da Emgea, o trânsito em áreas estranhas às suas atividades.
- 14.5 Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados empregados e/ou prepostos da CONTRATADA, necessários à execução do objeto descrito neste Termo de Referência.
- 14.6 Efetuar o pagamento das faturas nos prazos e condições pactuados, quando estes estiverem de acordo com o exigido.
- 14.7 Impugnar o pagamento de valores relativos a eventuais divergências entre as faturas e os serviços prestados pela CONTRATADA.
- 14.8 Informar à CONTRATADA os atos que possam interferir direta ou indiretamente na execução dos serviços a serem prestados.
- 14.9 Comunicar formalmente qualquer anormalidade ocorrida na execução do Contrato.
- 14.10 Aprovar ou rejeitar, no todo ou em parte, os serviços prestados em desacordo com as obrigações assumidas pela CONTRATADA.
- 14.11 Aprovar ou reprovar as atualizações tecnológicas ou modificações de arquitetura propostas para a solução.
- 14.12 Manter pessoal técnico para prestar esclarecimentos sobre o ambiente tecnológico da Emgea, bem como esclarecimentos referentes aos serviços a serem executados pela CONTRATADA.
- 14.13 Não permitir que terceiros realizem os serviços especificados neste documento, durante a vigência do Contrato.
- 14.14 Exigir a substituição de qualquer profissional, cujo comportamento ou capacidade sejam julgados impróprios ao desempenho dos serviços a serem executados, por meio de comunicação formal à CONTRATADA.
- 14.15 Efetuar vistoria nos serviços realizados e aplicar as penalidades previstas no contrato, caso seja constatada a prática de serviços à margem do contrato.
- 14.16 Efetuar vistoria no ambiente de custódia das mídias magnéticas da CONTRATADA, sempre que necessário, durante a vigência do contrato.
- 14.17 Aplicar as sanções, conforme previsto neste Termo de Referência e na legislação vigente.
- 14.18 Anotar em registro próprio e notificar a CONTRATADA, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.
- 14.19 Cada uma das partes concorda e garante que é individualmente responsável pelo cumprimento de suas obrigações decorrentes da LGPD e de eventuais regulamentações emitidas posteriormente pela ANPD.
- 14.20 A Emgea reconhece que, para a prestação do serviço contratado ou prestação de serviços correlatos, deverá prover à CONTRATADA, acesso às informações, ao ambiente computacional e às suas dependências.
- 14.21 A Emgea garante que:
- 14.22 Os dados pessoais compartilhados, transferidos ou de qualquer forma disponibilizados para acesso e utilização pela CONTRATADA, de acordo com o contrato, foram coletados, transferidos e de qualquer forma tratados de acordo com as leis de privacidade e proteção de dados aplicáveis no Brasil.
- 14.23 É capaz de cumprir com os direitos dos titulares garantidos pela LGPD.
- 14.24 Cumprir com todos os princípios para tratamento de dados pessoais estabelecidos pela LGPD, o que significa que a Emgea apenas compartilha, transfere ou disponibiliza para acesso da CONTRATADA aos dados pessoais que são pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do tratamento.
- 14.25 Comunicará a ANPD conforme os requisitos da LGPD em caso de incidente.

15 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 15.1 Indicar um representante responsável pelo Contrato, que realizará seu acompanhamento, atuando como interlocutor principal perante a Emgea.
- 15.2 Disponibilizar à EMGEA, obrigatoriamente, canal de comunicação através de telefone gratuito 0800 ou telefone com ligação de custo local de Brasília-DF, disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana.
- 15.3 Fornecer à Emgea relação com nome do responsável técnico e da equipe encarregada pela prestação dos serviços contratados, relacionando o nome, endereço, telefones, fax e endereço eletrônico (e-mail) pessoal corporativo e da empresa.
- 15.4 Comunicar ao fiscal de contrato da Emgea, por escrito, a existência de anormalidades, condições inadequadas de execução dos serviços ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução do Contrato.
- 15.5 Proceder a todos os levantamentos que se fizerem necessários para o planejamento das atividades a serem executadas.
- 15.6 Atender prontamente e prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Emgea.
- 15.7 Responsabilizar-se pelo comportamento dos seus empregados e por quaisquer danos que estes ou seus prepostos causarem à Emgea ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução dos serviços.
- 15.8 Ressarcir e/ou reparar qualquer dano causado aos bens de propriedade da Emgea, desde que, comprovadamente, sejam decorrentes dos serviços executados pela CONTRATADA.
- 15.9 No caso de ressarcimento à Emgea, será indicada por esta uma conta bancária ou outro meio para que a CONTRATADA efetue o ressarcimento, quando

for o caso.

- 15.10 Respeitar durante a execução dos serviços, todas as normas, políticas e legislação federais, estaduais e municipais pertinentes e vigentes.
- 15.11 Ser responsável pelos ônus decorrentes de todas as reclamações, ações judiciais ou extrajudiciais, por culpa ou dolo, que possam ser alegadas por terceiros contra a Emgea, decorrentes da prestação dos serviços objeto deste Termo de Referência.
- 15.12 Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, inclusive daquelas com deslocamentos dos empregados da CONTRATADA, seja dentro ou fora do Distrito Federal.
- 15.13 Executar os serviços por intermédio de profissionais treinados para execução dos serviços contratados.
- 15.14 A paralisação da prestação dos serviços durante a fase da execução equivale ao descumprimento total das obrigações assumidas, ficando a CONTRATADA obrigada a finalizar as demandas pendentes e entregar todas as mídias que estiverem sob sua custódia nas dependências da Emgea, sendo todas as despesas relacionadas ao transporte e entrega das mídias de responsabilidade da CONTRATADA, podendo a Emgea aplicar as sanções previstas no Contrato e na legislação pertinente.
- 15.15 Executar os serviços de acordo com as políticas, normas e procedimentos de segurança existentes na Emgea, e manter a integridade do ambiente tecnológico da Emgea durante a vigência do Contrato.
- 15.16 Responsabilizar-se pelos recursos materiais, tecnológicos, humanos e financeiros necessários à execução dos serviços, devendo providenciar os meios adequados para execução dos serviços contratados.
- 15.17 Arcar com prejuízos causados à Emgea e/ou terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas por seus funcionários na execução dos serviços contratados.
- 15.18 Reparar, corrigir ou refazer, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços prestados, objeto deste Termo de Referência, em que se verifiquem vícios ou incorreções resultantes da execução.
- 15.19 Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências da Emgea, devendo os técnicos apresentar-se identificados por crachá ou devidamente uniformizados.
- 15.20 Observar o Código de Ética, Integridade e Conduta e a Política de Integridade da Emgea (disponíveis no sítio eletrônico da Empresa), bem como a legislação anticorrupção vigente.
- 15.21 Manter sigilo, garantir a integridade e a disponibilidade dos documentos e informações que, em decorrência do Contrato, estiverem sob a sua guarda, sob pena de responder por perdas e/ou danos causados à Emgea e a terceiros.
- 15.22 Para a perfeita execução dos serviços, a CONTRATADA deve cumprir os prazos estabelecidos para prestação dos serviços e demais avenças pactuadas no Contrato a ser assinado, conforme as responsabilidades legais vigentes.
- 15.23 Arcar com todos os encargos sociais trabalhistas, tributos de qualquer espécie que venham a ser devidos em decorrência da execução do Contrato, bem como custos relativos ao deslocamento e estada de seus profissionais, caso exista.
- 15.24 Manter profissionais necessários para execução das atividades, com vista ao cumprimento dos prazos, níveis de serviço e em atendimento aos requisitos estabelecidos.
- 15.25 Substituir, sempre que exigido pelo Fiscal de Contrato da Emgea, o representante ou profissional cuja qualificação, atuação, permanência ou comportamento forem julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da Emgea ou ao interesse do serviço público. Neste caso, deverá a contratada providenciar novo profissional, com as mesmas qualificações, experiência e nível de conhecimento do profissional substituído, devidamente comprovadas.
- 15.26 Responsabilizar-se por quaisquer acidentes de trabalho sofridos pelos seus empregados quando em serviço.
- 15.27 Observar rigorosamente as normas regulamentadoras de segurança do trabalho.
- 15.28 Cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência e sua proposta comercial, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.
- 15.29 Realizar os serviços em perfeitas condições, conforme especificações, prazos e local constantes no Termo de referência.
- 15.30 Prestar todos os esclarecimentos necessários à Emgea oriundos da execução dos serviços contratados e sujeitar-se às orientações do Fiscal do Contrato.
- 15.31 Relatar à Emgea, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, irregularidades ocorridas que impeçam, alterem ou retardem a execução dos serviços contratados, efetuando o registro da ocorrência com todos os dados e circunstâncias necessárias a seu esclarecimento, sem prejuízo da análise da administração e das sanções previstas.
- 15.32 Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório.
- 15.33 Atender aos requisitos de sustentabilidade sócio ambiental, previstos nas legislações vigentes.
- 15.34 É vedado à CONTRATADA utilizar o nome da Emgea, ou sua qualidade de CONTRATADA, em quaisquer atividades de divulgação empresarial, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios e impressos.
- 15.35 É vedado à CONTRATADA reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que tenha tomado ciência em razão da execução dos serviços sem o consentimento prévio e por escrito da Emgea.
- 15.36 Executar os serviços em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) - Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.
- 15.37 Cada uma das partes concorda e garante que é individualmente responsável pelo cumprimento de suas obrigações decorrentes da LGPD e de eventuais regulamentações emitidas posteriormente pela ANPD.
- 15.38 A contar da data do efetivo conhecimento e/ou recebimento da informação disponibilizada pela Emgea, a CONTRATADA obriga-se:
 - 15.38.1 Por si, por seus colaboradores e quaisquer outros que venham a obter informações em função do contrato estabelecido, manter o sigilo absoluto das informações, não devendo, de qualquer forma, utilizá-las para fim diverso daquele pelo qual lhe foram disponibilizadas;
 - 15.38.2 A instruir devidamente os seus colaboradores quanto às melhores práticas aplicáveis em segurança da informação, bem como treinamento quanto às condutas a serem adotadas para a manutenção do sigilo da informação;
 - 15.38.3 A não transportar informações para fora da Emgea sem ser expressamente autorizado por esta, ou quando permitido por força de contrato;
 - 15.38.4 A não reproduzir, sem anuência da Emgea, parte ou a totalidade da informação classificada, exceto quando autorizado formalmente ou quando for necessário para o desenvolvimento de suas atribuições na Emgea;
 - 15.38.5 A devolver, assim que solicitado pela Emgea ou quando concluído o prazo do contrato firmado, qualquer documento que contenha informação classificada que esteja sob a sua tutela, inclusive notas pessoais envolvendo informação classificada pela empresa, registros e documentos de qualquer natureza que tenham sido utilizados, criados ou estado sob seu controle.
 - 15.38.6 A CONTRATADA garante que:
 - 15.38.7 Realiza tratamento dos dados pessoais nos limites e para as finalidades permitidas pelo contrato;
 - 15.38.8 Notifica a Emgea, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, por escrito, sobre:
 - 15.38.9 Quaisquer pedidos de um titular em relação aos seus dados pessoais, incluindo, mas não se limitando a pedidos de acesso e/ou retificação, solicitações de exclusão, e outros pedidos semelhantes, sendo que a CONTRATADA não responderá a tais pedidos, a menos que expressamente

autorizado pela Emgea.

15.38.10 Qualquer reclamação relacionada ao tratamento de dados pessoais, incluindo alegações de que o tratamento viola os direitos de titular.

15.38.11 Qualquer Incidente relacionado aos dados pessoais tratados em decorrência do contrato.

15.38.12 Qualquer ordem, emitida por autoridade judicial ou administrativa (incluindo a ANPD), que tenha por objetivo obter quaisquer informações relativas ao tratamento de dados pessoais em decorrência do contrato.

15.38.13 Cooperar com a Emgea com relação às ações tomadas a partir da notificação descrita no item 15.38.8, e atende, dentro dos limites técnicos razoáveis, às solicitações da Emgea com relação ao atendimento a referidas reivindicações, fornecendo as informações solicitadas no menor prazo possível.

15.38.14 Mantém os dados pessoais no mais absoluto sigilo e exige dos seus colaboradores que tratem os dados pessoais com observância dessas obrigações.

15.38.15 Limita o acesso aos dados pessoais ao número mínimo de colaboradores que tenham necessidade de acessar referidas informações para fins de cumprir com suas obrigações junto à Emgea.

15.38.16 Compromete-se com a segurança dos dados, incluindo medidas técnicas e de governança, que tenham por objetivo proteger os dados pessoais contra incidentes, bem como garantir que essas medidas assegurem um nível de segurança condizente com os riscos apresentados pelo tratamento, a natureza dos dados pessoais e as tecnologias de segurança disponíveis e razoavelmente aplicadas no setor de atuação das partes.

15.38.17 Cooperar com a Emgea em caso de qualquer incidente, devendo:

15.38.17.1 Adotar todas as medidas necessárias a fim de mitigar qualquer incidente envolvendo os dados pessoais e minimizar possíveis efeitos negativos aos titulares.

15.38.17.2 Prover a Emgea com todas as informações necessárias à apuração do ocorrido.

15.38.17.3 Abster-se de realizar qualquer comunicação a ANPD, autoridades públicas brasileiras, aos titulares ou terceiros, sem a prévia e expressa concordância da Emgea, que deve controlar a redação final dessas comunicações e quem deve realizá-las, observadas as disposições da LGPD.

15.38.17.4 Compromete-se a cumprir com os requisitos da LGPD sempre que for realizar a transferência de dados pessoais para o exterior e/ou para qualquer terceiro.

15.38.17.5 Mediante solicitação da Emgea, se compromete a conceder acesso a documentos e registros necessários para fins de verificação das obrigações previstas no contrato.

16 DO SIGILO DAS INFORMAÇÕES

16.1 A CONTRATADA deverá manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse da Emgea, ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução dos serviços contratados, respeitando todos os critérios estabelecidos, aplicáveis aos dados, informações, regras de negócios, documentos, entre outros pertinentes.

16.2 A CONTRATADA deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados, informações, configurações, contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pela Emgea a tais documentos.

16.3 A CONTRATADA deverá tratar todas as informações a que tenha acesso, em caráter de estrita confidencialidade, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, revelar, reproduzir, ou deles dar conhecimento a terceiros, estranhos a esta contratação, bem como utilizá-las para fins diferentes dos previstos na presente contratação.

16.4 Toda informação confidencial disponível em razão desta contratação, seja ela armazenada em meio físico, magnético ou eletrônico, deverá ser devolvida nas seguintes hipóteses:

16.4.1 Término ou rompimento do Contrato;

16.4.2 Solicitação da Emgea.

17 DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS (LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS – LGPD)

17.1 Para efeito do contrato, são consideradas as seguintes definições: “ANPD” - Autoridade Nacional de Proteção de Dados - responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento da LGPD e demais leis de proteção de dados no Brasil.

17.1.1 “Controlador” - pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, a quem compete as decisões referentes ao Tratamento de Dados Pessoais.

17.1.2 “Operador” - pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o Tratamento de Dados Pessoais em nome do Controlador.

17.1.3 “Titular” - pessoa física a quem se refere os Dados Pessoais que são objeto de tratamento.

17.1.4 “Dados Pessoais” - dados ou informações relacionadas a uma pessoa física identificada ou identificável, assim como dados pessoais sensíveis, conforme definidos na LGPD.

17.1.5 “Tratamento” - operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

17.1.6 “Incidente” - acesso não autorizado e situação acidental ou ilícita de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

17.2 Tratamento de Dados Pessoais:

17.2.1 As partes reconhecem que a CONTRATADA, na prestação de serviços do contrato, eventualmente pode realizar o tratamento de dados pessoais. Nessas atividades de tratamento, as partes reconhecem e acordam que a Emgea é o Controlador dos dados pessoais, enquanto a CONTRATADA é operadora dos dados pessoais.

17.2.2 A CONTRATADA trata os dados pessoais exclusivamente em nome e sob as instruções da Emgea, nos termos do contrato ou para cumprir com a legislação aplicável.

17.2.3 A Emgea garante que o tratamento dos dados pessoais pela CONTRATADA, uma vez que esteja em consonância com as suas instruções, não faz com que a CONTRATADA viole qualquer lei ou regulamento, especialmente a LGPD.

17.2.4 A CONTRATADA deve suspender imediatamente o tratamento dos dados pessoais e notificar imediatamente a Emgea, por escrito, se tomar conhecimento que qualquer instrução ou dado pessoal tratado viole a LGPD ou qualquer outra lei ou regulamento aplicável.

17.2.5 A CONTRATADA trata os dados pessoais necessários para a prestação dos serviços, nos termos do contrato.

17.3 Responsabilidades:

17.3.1 As partes concordam que o titular dos dados que sofra um dano decorrente do descumprimento das obrigações previstas no contrato pode ter o direito de receber uma indenização pelos danos sofridos.

17.3.2 A CONTRATADA será responsável perante a Emgea por quaisquer danos causados em decorrência de:

i. violação de suas obrigações no âmbito do contrato; ou

ii. violação de qualquer direito dos titulares de dados, devendo ressarcir a Emgea por todo e qualquer gasto, custo, despesas, honorários advocatícios, custas

processuais e/ou indenização/multa paga em decorrência de tal violação.

17.3.3 Para fins do disposto nesta cláusula, caso a Emgea receba qualquer reivindicação que deva ser indenizada pela CONTRATADA, deve notificar a CONTRATADA, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, por escrito.

17.3.4 Fica certo e ajustado que nenhuma cláusula de limitação de responsabilidade que tenha sido pactuada entre as partes pode ser invocada, no sentido de limitar o dever de indenização previsto no contrato.

17.4 Diligência de Conformidade:

17.4.1 A CONTRATADA se compromete a fornecer à Emgea todas as informações necessárias para demonstrar conformidade com o contrato.

17.4.2 A CONTRATADA permite que a Emgea realize diligências para verificar a conformidade com o contrato, mediante prévia notificação.

17.4.3 A CONTRATADA se compromete a tomar todas as medidas para garantir que quaisquer vulnerabilidades de sistema, processos, governança e outros apontados no relatório de diligência sejam tratados adequadamente.

17.5 Prazo e Rescisão:

17.5.1 Após o término do contrato, a Emgea pode requerer cópia dos dados pessoais que estejam nos sistemas e em posse da CONTRATADA, pelo prazo de 30 (trinta) dias.

17.5.2 Após esse período, caso a Emgea não se manifeste, a CONTRATADA realizará a eliminação, em definitivo de seu sistema, de qualquer registro dos dados pessoais (seja em formato digital ou físico), exceto na medida em que o seu armazenamento pela CONTRATADA seja exigido pela legislação aplicável. Nos casos de dados pessoais arquivados em sistemas de backup que são mantidos de forma isolada e inalterável para garantia da segurança do sistema, a CONTRATADA excluirá os dados pessoais de acordo com as políticas de exclusão e gestão de backup.

17.5.3 Caso a Emgea requeira a cópia dos dados pessoais, no momento que a CONTRATADA concluir a disponibilização, a Emgea deve assinar um termo de aceite reconhecendo que a devolução ocorreu de acordo com o contrato e que a CONTRATADA não possui qualquer obrigação adicional.

17.6 Disposições Gerais:

17.6.1 As partes reconhecem que, na vigência e execução do contrato, existem determinadas responsabilidades da CONTRATADA que implicam no tratamento de dados pessoais, a fim de adequá-lo às disposições da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD e da Política de Segurança de Informação.

17.6.2 O contrato constitui o meio apropriado para regular o tratamento de dados pessoais e substitui todos previamente celebrados entre a Emgea e a CONTRATADA para esta finalidade, se houver.

17.6.3 Sem prejuízo do disposto, a CONTRATADA pode coletar, utilizar e compartilhar os dados pessoais objeto do contrato para propósitos legítimos como:

- i. fornecer, desenvolver, aperfeiçoar e manter os serviços prestados;
- ii. investigar fraudes, atividades ilícitas, spam, uso ilegal dos serviços; e/ou
- iii. conforme determinado por lei ou regulamentação aplicável.

17.6.4 Nesses casos, a CONTRATADA é responsável pelo tratamento dos dados pessoais e os trata em conformidade com a Política de Privacidade e a Política de Segurança de Informação da Emgea e com a legislação aplicável.

17.6.5 A violação de segredo da Emgea implicará a responsabilidade civil e criminal dos que estiverem envolvidos e, sendo o caso, o cancelamento do contrato de prestação de serviços celebrado entre as empresas.

17.6.6 As obrigações a que alude este instrumento perdurarão inclusive após a cessação de vínculo entre a CONTRATADA e a Emgea, e abrangem, além das informações de que a CONTRATADA venha a tomar conhecimento, aquelas que já possui na presente data.

18 DA HABILITAÇÃO

18.1 As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade do objeto, conforme condições a seguir estabelecidas:

18.1.1 Como condição prévia à contratação, a CONTRATADA deverá apresentar documentação de habilitação, dentro do prazo de validade e/ou regular, a fim de que a Emgea verifique eventual existência de sanção que impeça a contratação pretendida, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União;
- b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça;
- c) Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;
- d) Cadastro Informativo de Débitos não Quitados - CADIN, de que trata a Lei nº 10.522/2002;

18.1.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

18.1.3 Em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e à trabalhista, em analogia ao disposto no artigo 3º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 3, de 26 de abril de 2018, consultar-se-á o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF. Também poderão ser consultados os sites oficiais emissores de certidões, especialmente quando o proponente esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF, ou, ainda, quando não for credenciado nesta plataforma.

18.1.4 Caso a CONTRATADA não esteja cadastrada no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, além do nível de credenciamento exigido pela Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 3, de 26 de abril de 2018, deverá apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica e à Regularidade Fiscal e trabalhista.

18.2 Habilitação Jurídica:

18.2.1 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

18.2.2 Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, na forma da Resolução CGSIM nº 48, de 2018, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no site www.portaldomicroempreendedor.gov.br;

18.2.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

18.2.4 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

18.2.5 No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da Complementar nº 123/2006, do Decreto nº 6.204/2007 e da Instrução Normativa nº. 81, de 10 de junho 2020, do Departamento Nacional de Registro de Registro Empresarial e Integração - DREI;

18.2.6 No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

18.2.7 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser a sucursal, filial ou agência;

- 18.2.8 No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
- 18.2.9 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da respectiva consolidação.
- 18.3 Regularidade fiscal e trabalhista:
- 18.3.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 18.3.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 18.3.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 18.3.4 Prova de regularidade trabalhista;
- 18.3.5 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual/Distrital;
- 18.3.6 Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da contratada.
- 18.4 Qualificação econômico-financeira:
- 18.4.1 Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da contratada.
- 18.4.2 No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, a contratada deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58 da Lei nº. 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.
- 18.4.3 A certidão, referida no subitem 18.4.1, que não estiver mencionando explicitamente o prazo de validade, somente será aceita com o prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua emissão.
- 18.4.4 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da contratada.
- 18.4.5 No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.
- 18.4.6 É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.
- 18.4.7 Caso a CONTRATADA seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.
- 18.5 **Habilitação técnica:**
- 18.5.1 Para fins de comprovação da capacidade técnica, a CONTRATADA deverá comprovar aptidão para o desempenho de atividades compatíveis com o objeto deste Termo de Referência, por meio da apresentação de Atestado (s) de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que desempenhou ou desempenha serviços compatíveis com o objeto desta contratação em território nacional, na forma do art. 58, inciso II, da Lei 13.303 de 30 de junho de 2016.
- 18.5.2 A CONTRATADA disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da Emgea e local em que foram prestados os serviços.
- 18.5.3 Os atestados deverão ser emitidos em papel timbrado, devendo o (s) documento (s) conter a Razão Social, o CNPJ, o endereço, o responsável pelas informações e respectivo cargo, e-mail e telefone de contato - ou qualquer outra forma de contato - além do nome e assinatura do Representante Legal da Atestante.
- 18.5.4 A Emgea poderá realizar diligência na empresa vencedora e na empresa ou órgão que fornecer o atestado de capacidade técnica para averiguar a veracidade das informações prestadas, podendo o(s) envolvido(s) responder administrativa, civil e penalmente pelas informações prestadas. Na diligência poderão ser solicitados documentos tais como contratos, ordens de serviços, notas fiscais e outros que comprovem os serviços prestados no atestado fornecido.
- 18.5.5 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.
- 18.5.6 Não serão aceitos Atestados de Capacidade de Técnica que não comprovem a aptidão da CONTRATADA para a prestação dos serviços objeto deste Termo de Referência.
- 18.5.7 Para fins de comprovação de capacidade técnica, os atestados deverão conter a descrição detalhada dos serviços realizados que comprove que a CONTRATADA possui capacitação técnica para executar os serviços previstos nesta contratação.
- 18.5.8 Os atestados referir-se-ão a contratos já concluídos ou já decorrido no mínimo 1 (um) ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior, apenas aceito mediante a apresentação do contrato.
- 18.5.9 Poderá ser admitida, para fins de comprovação de capacidade, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico operacional, a uma única contratação;
- 18.5.10 A soma dos atestados de capacidade técnica deve comprovar que a contratada prestou serviços compatíveis com os serviços objeto desse Termo de Referência.
- 18.5.11 A licitante classificada deverá apresentar a seguinte documentação para o ambiente de guarda de mídias:
- 18.5.11.1 Alvará de licença de funcionamento;
- 18.5.11.2 Parecer de aprovação das instalações de segurança contra incêndio (Corpo de Bombeiros);
- 18.5.11.3 Apólice de cobertura do imóvel onde estão armazenadas as mídias magnéticas objeto da contratação contra todos os riscos de perda ou dano material;
- 18.5.11.4 Laudo de inspeção das instalações elétricas; e
- 18.5.11.5 Laudo SPDA (Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas).
- 18.5.11.6 Caso a CONTRATADA não cumpra o estabelecido neste item, o Contrato será automaticamente cancelado.
- 18.5.11.7 Neste caso, a CONTRATADA deverá ressarcir a Emgea pelos prejuízos eventualmente causados.
- 18.5.11.8 A Emgea efetuará o pagamento à CONTRATADA pela execução dos serviços já finalizados e proporcionalmente ao tempo de execução do Contrato.
19. **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**
- 19.1. A inexecução total ou parcial dos serviços, assim como a execução irregular, ou com atraso injustificado, com fundamento no artigo 83 da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, sujeitará a CONTRATADA, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal e assegurada à prévia e ampla defesa, à aplicação das seguintes sanções:
- 19.1.1. Advertência;
- 19.1.2. Glosa, de forma prevista no instrumento convocatório ou no Contrato;
- 19.1.3. Multa, de forma prevista no instrumento convocatório ou no Contrato;

- 19.1.4. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Emgea, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e
- 19.2. Conforme subitem 3.2.27.12 do Regulamento de Licitações e Contratos Administrativos da Emgea (LG.NOR.008.05), na aplicação das multas serão observados os seguintes percentuais:
- 19.2.1. 5% (cinco por cento) sobre o valor total do Contrato, em caso de inexecução parcial de qualquer dos serviços contratados.
- 19.2.2. 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida, com prejuízo para a Emgea.
- 19.2.3. 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Contrato, em caso de dado físico permanente a todo o acervo de mídias da Emgea que está sob custódia da CONTRATADA, desde que comprovadamente seja causado por imperícia ou negligência desta.
- 19.3. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a outra.
- 19.4. Caso a CONTRATADA não possa cumprir os prazos estipulados para a prestação total ou parcial do(s) serviço(s), deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições do Contrato.
- 19.5. Nos casos mencionados no item acima a Emgea oficiará à CONTRATADA, comunicando-lhe a data-limite para a regularização da prestação dos serviços, sob pena da aplicação das sanções cabíveis.
- 19.6. A aplicação das multas não impede que a Emgea rescinda unilateralmente o Contrato.
- 19.7. Aplica-se à CONTRATADA as sanções dispostas no artigo 6º, da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, no caso de cometer as seguintes condutas:
- 19.7.1. Fraudar o Contrato;
- 19.7.2. Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações do Contrato, sem autorização em Lei; e;
- 19.7.3. Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato.
- 19.8. As sanções deverão ser aplicadas de forma gradativa, obedecidos aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

20. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 20.1. A licitante vencedora deverá apresentar declaração, datada e assinada por seu representante legal, de que, caso se sagre vencedora do certame, no momento da assinatura do contrato, disporá de estrutura e de profissionais treinados com qualificação mínima necessária para executar os serviços contratados, de acordo com as condições estabelecidas neste Termo de Referência.
- 20.2. A Emgea reserva-se o direito de solicitar as comprovações referentes à qualificação dos profissionais e ao vínculo empregatício a qualquer momento durante a execução da prestação dos serviços.
- 20.3. A CONTRATADA é integralmente responsável pela gestão de seu pessoal em todos os aspectos, sendo vedado à equipe da Emgea, formal ou informalmente, qualquer tipo de ingerência ou influência sobre a administração da mesma, ou comando direto sobre seus empregados.

21. DA VISTORIA

- 21.1. Será facultada às empresas interessadas, por meio dos seus respectivos representantes, vistoria às instalações da Emgea para tomar conhecimento das condições locais para execução dos serviços, oportunidade em que será fornecida a "Declaração de Vistoria", conforme o ANEXO II.
- 21.1.1. Caso a vistoria não seja realizada, a licitante assumirá todos os ônus decorrentes dos serviços a serem prestados.
- 21.2. A licitante poderá realizar vistoria e inspecionar todos os locais, em horário comercial, de segunda à sexta-feira, das 09:00h às 12:00h e das 14:00h às 17:00h, na sede da Emgea, de modo a obter, para sua própria utilização e por sua exclusiva responsabilidade, toda a informação necessária à elaboração da proposta.
- 21.3. A vistoria deverá, obrigatoriamente, ser realizada por representante da licitante em data e horário previamente agendado, que tenha conhecimento suficiente para identificar com clareza os recursos necessários que deverão ser utilizados no objeto da contratação em comento, de forma a possibilitar a correta formulação da proposta comercial a ser apresentada.
- 21.4. O agendamento deverá ser realizado por meio do e-mail sutec@emgea.gov.br, ou ainda, pelo telefone (61) 3214-4845 para falar com a Superintendência de Tecnologia - SUTEC.
- 21.5. O representante da licitante designado para realizar a vistoria de que trata este item, deverá apresentar à Emgea, no momento da visita, documento oficial de identificação, bem como autorização emitida pelo licitante para a realização de vistoria.
- 21.6. Para as licitantes que optarem pela não realização da vistoria, não serão aceitas alegações posteriores quanto ao detalhamento, especificações e obrigações que compõe a contratação, ficando a futura CONTRATADA obrigada a executar o contrato nos termos dispostos neste Termo de Referência e seus anexos.
- 21.7. É de responsabilidade da licitante o dimensionamento de sua proposta, de modo a não incorrer em omissões, as quais não poderão ser alegadas em favor de eventuais alterações no valor do objeto licitado.
- 21.8. Quando da vistoria ao local, a licitante deverá inteirar-se de todos os aspectos referentes à execução dos serviços.
- 21.9. Ao final da Vistoria acima mencionada o representante da licitante deverá assinar a "Declaração de Vistoria", conforme modelo do Anexo II do Termo de Referência, a qual será juntado ao dossiê da contratação.
- 21.10. Não haverá visita sem prévio agendamento e em mesma data/horário por mais de uma licitante.

22. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 22.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica:
- 22.1.1. Todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;
- 22.1.2. Sejam mantidas as demais cláusulas e condições do Contrato;
- 22.1.3. Não haja prejuízo à execução do objeto pactuado; e
- 22.1.4. Haja a anuência expressa da Administração à continuidade do Contrato.

23. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 23.1. A fiscalização do presente instrumento será exercida por representantes da Emgea, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação dos serviços e dar ciência à Administração.
- 23.2. A fiscalização de que trata o subitem 23.1 não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pelos danos causados diretamente à Emgea ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do futuro contrato, em conformidade com o art. 76 da Lei nº 13.303, de 2016.
- 23.3. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários em conformidade com o esperado e dentro do estabelecido neste Termo de Referência.
- 23.4. A Emgea reserva-se o direito de acompanhar e fiscalizar a conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato, por meio de representante designado para esse fim, com fundamento na forma do artigo 40, inciso VII da Lei nº 13.303/2016, e no Normativo da Emgea, LG.NOR.008.
- 23.5. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência, ANEXOs e termos integrantes.
- 23.6. A apuração das entregas dos serviços não considerará os períodos de indisponibilidades justificadas, que podem decorrer de:

- a) Períodos de interrupção previamente acordados;
- b) Interrupção de serviços públicos essenciais à plena execução das atividades (exemplo: suprimento de energia);
- c) Motivos de força maior.

23.7. Atestar a nota fiscal faturável, de acordo com a respectiva demanda, verificando os indicadores de glosa.

24. DA SUBCONTRATAÇÃO

24.1. É vedada a subcontratação para todos os serviços previstos neste Termo de Referência.

25. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

25.1. O contrato terá vigência de 60 (sessenta) meses, contados a partir da data de sua assinatura, conforme art. 71 da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

26. DO PAGAMENTO

26.1. A Emgea efetuará o pagamento mensalmente pelos serviços efetivamente prestados, até o 8º dia útil após o ateste da Nota Fiscal/Fatura pelo Fiscal do Contrato, de acordo com as condições e preços ajustados no Contrato, sendo efetuada a aplicação de glosas e a retenção de tributos e contribuições sobre o pagamento a ser realizado.

26.2. Os pagamentos serão realizados mensalmente, no mês subsequente ao da prestação dos serviços, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo Fiscal do Contrato.

26.3. A Nota Fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada dos seguintes documentos, referentes ao período de prestação dos serviços :

26.3.1. Ordens de Serviço abertas e finalizadas junto à CONTRATADA; e

26.3.2. Relatórios contendo o quantitativo utilizado na prestação dos serviços de custódia, movimentação e transporte de mídias.

26.4. Os pagamentos serão creditados em favor da CONTRATADA, através de ordem bancária contra qualquer entidade bancária indicada na Nota Fiscal/Fatura, devendo para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

26.5. No caso de fatura emitida com erro, esta será devolvida à CONTRATADA, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data de sua reapresentação.

26.6. Nenhum pagamento será realizado pela Emgea sem que antes seja procedida prévia e necessária consulta ao Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, para comprovação de regularidade fiscal da CONTRATADA.

26.7. Constatada a situação de irregularidade da CONTRATADA junto ao SICAF, a Emgea deverá advertir, por escrito, a CONTRATADA para que no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.

26.7.1. O prazo disposto no subitem anterior poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Emgea.

26.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência para efeito de pagamento excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, só se iniciando e se vencendo os prazos em dia de expediente na Emgea e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

26.9. Caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES NACIONAL, deverá apresentar junto com a Nota Fiscal a devida declaração, de acordo com a SRF nº 1.540, de 05 de janeiro de 2015, publicada no Diário Oficial de 06, de janeiro de 2015, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

27. DO REAJUSTE

27.1. Os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de 1 (um) ano, contado a partir da data limite para a apresentação da proposta, pela variação do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, ou outro índice que o substitua, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

27.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data dos efeitos financeiros do último reajuste concedido.

27.3. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, a Emgea pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

27.4. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

27.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

27.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

27.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

28. DA ESTIMATIVA DE CUSTOS PARA 60 MESES

28.1. O valor total estimado para contratação dos serviços, considerando os valores médios obtidos para cada um dos itens, é de **R\$ xxxxxx (xxxxxxxxxxxxxxxxxx)**, com valor mensal estimado de **R\$ xxxxxx (xxxxxxxxxxxxxxxxxx)**. Serão pagos apenas os serviços de fato solicitados pela Emgea e prestados pela CONTRATADA.

28.2. Nos valores estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

28.3. Os valores são meramente estimativos, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA serão estabelecidos após conclusão do processo de contratação

28.4. As descrições dos serviços com valores unitários e totais constam na planilha de preços do Anexo I.

29. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

29.1. Os recursos orçamentários estão previstos no Programa de Dispendios Globais – PDG da Emgea para 2026, aprovado pelo Decreto 12.804, de 29.12.2025, e estão classificados da seguinte forma: Conta Contábil 452.10.01 – Despesa serviço de Terceiros Guarda arquivos magnéticos, Rubrica Orçamentária 2.205.010.000 – Serviços de Terceiros Tecnologia da Informação, Item Orçamentário 1080 – Manutenção de Equipamentos e Sistemas TI, Centro de Resultado 03.02.01 - Institucional.

30. ANEXOS

ANEXO I PLANILHA DE PREÇOS

ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA
PLANILHA DE PREÇOS

Valores estimados em Reais (R\$)				Médias dos Preços		
Descrição	Unidade	Qtde. Mensal Estimada	Qtde. total estimada por (60) meses	Valor Unitário (R\$)	Valor Mensal (R\$)	Valor Anual (R\$)
Custódia de mídia	Mídia	500	30.000			
Movimentação normal de mídia - entrada e saída	Mídia	250	15.000			
Movimentação emergencial de mídia - entrada e saída	Mídia	100	6.000			
Transporte normal de mídias	Viagem	20	1.200			
Transporte emergencial de mídias	Viagem	8	480			
VALOR MÉDIO ESTIMADO (R\$)						

ANEXO II DO TERMO DE REFERÊNCIA
MODELO DE TERMO DE VISTORIA

Declaramos para fins, que o Sr. xxxxxxxxxxxx, RG nº xxxxxxxx, representante indicado pela empresa xxxxxxxxxxxx, inscrita no CNPJ sob nº xxxxxxxxxxxx, visitou nesta data as dependências da Empresa Gestora de Ativos – Emgea, onde tomou conhecimento dos serviços a serem prestados, no âmbito da Emgea, e esclareceu todas as dúvidas sobre a execução do objeto a ser contratado.

A empresa acima citada declara que não alegará posteriormente o desconhecimento de fatos evidentes à época da vistoria, para solicitar qualquer alteração no valor do Contrato que viermos a celebrar, caso seja a vencedora.

Brasília, xx de xxxxx de 2026.

ANEXO III DO TERMO DE REFERÊNCIA
ORDEM DE SERVIÇO

ORDEM DE SERVIÇO-TRANSPORTE/GUARDA DE MÍDIAS		
CONTRATO Nº	ORDEM DE SERVIÇO Nº	
NOME DO SOLICITANTE	RAMAL PARA CONTATO	
TIPO DE SOLICITAÇÃO:		NORMAL
		EMERGENCIAL
Nº DE MÍDIAS SOLICITADAS:		
RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO:		
HORA DE ABERTURA DO CHAMADO:		
HORA DO ATENDIMENTO:		

SITUAÇÃO DA ORDEM DE SERVIÇO	
	Executada
	Não Executada

MOTIVO:	

APLICAÇÃO DE MULTA:		SIM		NÃO
---------------------	--	-----	--	-----

VISTO DE CONCLUSÃO:		
RESPONSÁVEL TÉCNICO:	DATA:	HORÁRIO:
FISCAL DO CONTRATO:	DATA:	HORÁRIO:

ANEXO IV DO TERMO DE REFERÊNCIA
ANÁLISE DE RISCOS

EVENTO DE RISCO	RISCO	CONSEQUÊNCIA	CONTROLE	PROBABILIDADE	IMPACTO
Prestação de serviços por colaborador com desvios éticos	Risco de compras e contratações	§ Fraude em compras e contratações; § Vazamento de informações estratégicas ou sigilosas	§ Treinamento, workshop e orientações sobre ética. § Políticas, normas e procedimentos internos. § Legislação vigente. § Instrumentos contratuais. § Termos de Sigilo e Responsabilidade.	Médio	Médio
Suspensão ou cancelamento de procedimentos licitatórios	Risco de compras e contratações	§ Necessidade de novo processo licitatório. § Não prestação dos serviços que seriam contratados. § Mídias magnéticas armazenadas em ambiente inadequado.	§ Equipe da Licitação. § Análise do procedimento licitatório pelas unidades envolvidas da Emgea.	Médio	Médio
Inobservância de normas externas	Risco de conformidade	§ Prestação de serviços em desconformidade com normas externas. § Penalidades e sanções administrativas.	§ Monitoramento do ambiente regulatório. § Aplicação das recomendações observadas em normas externas.	Médio	Médio
Inobservância de normas internas	Risco de conformidade	§ Prestação de serviços em desconformidade com normas internas.	§ Atualização de políticas e normas internas.	Médio	Médio
Não adoção de providências para implantar medidas necessárias ao cumprimento de obrigações legais e regulamentares	Risco de conformidade	§ Penalidades e sanções administrativas. § Penalidades e sanções legais.	§ Observação e aplicação das recomendações legais e normativas. § Monitoramento do ambiente regulatório.	Baixo	Médio
Descontinuidade de prestação de serviços	Risco de terceiro	§ Interrupção na prestação dos serviços. § Realização de um novo procedimento licitatório.	§ Instrumentos contratuais § Fiscais de contratos	Baixo	Médio
Falha na prestação de serviços	Risco de terceiro	§ Falha na prestação dos serviços. § Mídias magnéticas armazenadas em ambiente inadequado. § Não utilização das mídias magnéticas previstas para realização de backup.	§ Instrumentos contratuais. § Prestação dos serviços por empresa especializada. § Prestação dos serviços por técnicos treinados e qualificados para a prestação dos serviços contratados.	Baixo	Médio
Interrupção temporária de prestação de serviços	Risco de terceiro	§ Indisponibilidade parcial ou total da solução tecnológica.	§ Instrumentos contratuais. § Fiscais de contratos.	Baixo	Médio
Prestação de serviço em desacordo com o contratado	Risco de terceiro	§ Prestação dos serviços em desconformidade com o instrumento contratual. § Ambiente de armazenamento das mídias com infraestrutura inadequada e/ou em desconformidade com normas e leis vigentes. § Danos físicos permanentes em mídias magnéticas.	§ Instrumentos contratuais. § Fiscais de contratos.	Baixo	Médio
Falha de tratamento de dados pessoais pelo prestador de serviços	Risco de terceiro	§ Risco de imagem à Emgea, seus colaboradores e/ou terceiros. § Vazamento de informações estratégicas ou sigilosas § Perda ou alteração de dados pessoais	§ Instrumentos contratuais. § Fiscais de contratos.	Baixo	Médio

EVENTO DE RISCO	RISCO	CONSEQUÊNCIA	CONTROLE	PROBABILIDADE	IMPACTO
Perda ou danos em ativos físicos	Risco de infraestrutura	§ Ambiente de armazenamento das mídias com infraestrutura inadequada e/ou em desconformidade com normas e leis vigentes. § Danos físicos permanentes em mídias magnéticas.	§ Instrumentos contratuais. § Fiscais de contratos.	Baixo	Médio
Não atendimento de demandas de suporte técnico ou atendimento intempestivo e/ou com baixa qualidade	Risco de infraestrutura	§ Falta de prestação dos serviços contratados. § Não utilização das mídias magnéticas previstas para realização de backup. § Mídias magnéticas armazenadas em ambiente inadequado.	§ Instrumentos contratuais. § Prestação dos serviços por empresa especializada. § Prestação dos serviços por técnicos treinados e qualificados para a prestação dos serviços contratados.	Baixo	Médio
Furto/roubo de bens ou valores	Risco de integridade	§ Furto/roubo ou bens de propriedade da Emgea ou de seus colaboradores.	§ Instrumentos contratuais. § Supervisão da Emgea sobre os técnicos da Contratada. § Verificação das condições e infraestrutura do ambiente da Contratada. § Termos de Sigilo e Responsabilidade. § Monitoramento CFTV	Médio	Médio
Uso indevido da informação	Risco de integridade	§ Risco de imagem à Emgea, seus colaboradores e/ou terceiros. § Constrangimento.	§ Instrumentos contratuais. § Trilhas de auditoria no acesso ao ambiente de guarda de mídias. § Termos de Sigilo e Responsabilidade.	Médio	Alto
Apropriação indébita	Risco de integridade	§ Apropriação de equipamentos ou bens de propriedade da Emgea ou de seus colaboradores.	§ Instrumentos contratuais. § Supervisão da Emgea sobre os técnicos da Contratada. § Termos de Sigilo e Responsabilidade. § Monitoramento CFTV	Médio	Médio
Vazamento de informações estratégicas ou sigilosas	Risco de segurança da informação	§ Risco de imagem à Emgea, seus colaboradores e/ou terceiros. § Constrangimento. § Penalidades e sanções administrativas. § Inobservância de normas internas	§ Instrumentos contratuais. § Trilhas de auditoria no acesso ao ambiente de guarda de mídias. § Termos de Sigilo e Responsabilidade.	Médio	Médio



Documento assinado eletronicamente por **Martys Antonio Alves Das Chagas, Diretor**, em 21/05/2026, às 11:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://emgea.sei.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0186257** e o código CRC **CCC85E82**.

ANEXO II DO EDITAL

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº /2026, QUE ENTRE SI CELEBRAM A EMPRESA GESTORA DE ATIVOS S.A – EMGEA E

A **EMPRESA GESTORA DE ATIVOS S.A. – Emgea**, empresa pública, vinculada ao Ministério da Fazenda, criada pelo Decreto nº 3.848, de 26 de junho de 2001, conforme autorização prevista no art. 7º da Medida Provisória nº 2.155, de 22 de junho de 2001, atual Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001, regendo-se pelo Estatuto Social aprovado pela Ata da 32ª Assembleia Geral Extraordinária, de 23 de abril de 2026, publicado no Diário Oficial da União de 8 de maio de 2025, com sede no Setor Bancário Sul - SBS, Quadra 02, Bloco "J" Lote 10, Salas nº 401, 501, 701, 801 e 1001 - Edifício Carlton Tower, em Brasília/DF, CEP.: 70.070-120, cadastrada sob o CNPJ/MF nº 04.527.335/0001-13 e Inscrição Estadual nº 07.423.948/001-92, representada por seu Diretor-Presidente, **Sr. FERNANDO DAMATA PIMENTEL**, brasileiro, casado, economista, portador da Carteira de Identidade nº. 1.***.**0, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do estado de Minas Gerais, inscrito no CPF sob o nº. ***.845.316-**, residente em Belo Horizonte/MG e domiciliado em Brasília/DF, designado pelo Conselho de Administração da **Emgea**, conforme Ata nº 154, com prazo de gestão unificado de 24 de dezembro de 2025 a 8 de abril de 2027, e Termo de Posse de 24 de dezembro de 2025, e pelo Diretor de Administração, **Sr. MARTVS ANTONIO ALVES DAS CHAGAS**, brasileiro, divorciado, Graduado em Ciências Sociais, portador da Carteira de Identidade nº. 6.***.**3, expedida pela Secretaria de

Segurança Pública de Minas Gerais, inscrito no CPF sob o nº. ***.583.536-**, residente em Juiz de Fora/MG e domiciliado em Brasília/DF, designado pelo Conselho de Administração da **Emgea**, conforme Ata nº 154, com prazo de gestão unificado de 24 de dezembro de 2025 a 8 de abril de 2027, e Termo de Posse de 24 de dezembro de 2025, doravante denominada de **CONTRATANTE**, e de outro lado cadastrada(o) no CNPJ/MF sob o nº estabelecida(o) na bairro CEP.: neste ato representada(o) pelo Sr. portadora(o) do CPF nº e do RG daqui por diante denominada(o) **CONTRATADA(O)**, resolvem celebrar o presente Contrato, para atender às necessidades da **CONTRATANTE**, em conformidade com o que consta do **Processo SEI nº 10034.001264/2026-94** referente ao **Pregão Eletrônico nº 000xx/2026**, com fundamento na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, conforme condições previstas neste Contrato e seus anexos, vinculados ao Edital do Pregão nº 000xx/2026, passando a proposta da **CONTRATADA**, independentemente de sua transcrição, a fazer parte integrante e complementar deste Contrato, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

1. **CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1. Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços contínuos de transporte seguro, custódia e guarda de mídias magnéticas, em ambiente externo às instalações da Emgea, devidamente controlado e com requisitos de segurança física e lógica, pelo prazo de 60 (sessenta) meses, em conformidade com as especificações técnicas, níveis de serviço e demais condições, conforme especificações do Edital do Pregão Eletrônico nº 000xx/2026 e seus anexos.

2. **CLÁUSULA SEGUNDA – DA DESCRIÇÃO DO OBJETO**

2.1. Os serviços serão executados sob demanda, de acordo com as necessidades operacionais da Emgea, observados os critérios de acionamento, prazos de atendimento, controles de segurança da informação, rastreabilidade e conformidade com a legislação vigente.

2.2. O serviço de transporte de volumes consiste na execução das atividades de coleta, transporte, manuseio, entrega e, quando aplicável, retorno de mídias magnéticas pertencentes à Emgea, observados os requisitos de segurança física, integridade, confidencialidade, rastreabilidade e controle de acesso, conforme as especificações técnicas estabelecidas no item 6 do Termo de Referência.

2.3. A custódia de mídias caracteriza-se pela série de procedimentos executados de acordo com os itens 7, 8, 9 e 10 do Termo de Referência, no sentido de preservar, armazenar, promover a segurança e proteger as mídias magnéticas da Emgea utilizando-se, dentre outros recursos e condições, os de armazenamento em sala segura com controle de temperatura, umidade, vigilância, monitoramento por câmeras, registros em vídeo, controle de acesso e demais condições que se fizerem necessárias.

2.4. Compete integralmente à **CONTRATADA** a execução de todos os serviços relacionados ao transporte, armazenamento e custódia segura das mídias magnéticas, incluindo o fornecimento de mobiliário apropriado, específico e de uso exclusivo, bem como de contêineres adequados (maletas de transporte), devidamente identificados e protegidos, e o acondicionamento das mídias em ambiente controlado, compatível com os requisitos de segurança física, ambiental e de proteção da informação, conforme as especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência.

2.5. O quadro a seguir apresenta os tipos de serviços a serem executados e a quantidade estimada de mídias magnéticas para custódia e transporte:

CUSTÓDIA E TRANSPORTE DE MÍDIAS					
LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE. MENSAL ESTIMADA	QTDE. TOTAL ESTIMADA (60 meses)
I	1	Custódia de mídia	Por mídia	500	30.000
	2	Movimentação normal de mídia - entrada e saída	Por mídia	250	15.000
	3	Movimentação emergencial de mídia - entrada e saída	Por mídia	100	6.000
	4	Transporte normal de mídias	Por viagem	20	1.200
	5	Transporte emergencial de mídias	Por viagem	8	480

2.6. O faturamento mensal será efetuado com base na apuração dos serviços efetivamente prestados, considerando, de forma discriminada, a quantidade de mídias magnéticas custodiadas, bem como os serviços de manuseio e transporte realizados no período de referência, observados os critérios de medição, comprovação e validação definidos no Termo de Referência e devidamente atestados pela fiscalização do contrato.

3. **CLÁUSULA TERCEIRA – DO LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

3.1. A entrega dos produtos e os serviços de instalação, configuração e suporte técnico deverão ser realizados na sede da Emgea, localizada no Setor Bancário Sul (SBS), Quadra 02, Bloco J, Andares 4, 5, 7, 8 e 10 – Edifício Carlton Tower, CEP 70.070-120, Brasília – DF.

4. **CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

4.1. A **CONTRATADA** deverá prestar os serviços de custódia, armazenamento, acondicionamento e proteção das mídias magnéticas, em ambiente devidamente seguro, estruturado e controlado, em estrita conformidade com as especificações técnicas e os requisitos de segurança estabelecidos nos itens 8 e 9 do Termo de Referência.

4.2. A **CONTRATADA** deverá realizar o transporte dos volumes entre suas instalações ou local de custódia das mídias e a sede da Emgea, conforme as exigências do Termo de Referência, sendo caracterizado como:

- a) Entrega: o transporte dos volumes do local de custódia da **CONTRATADA** para a sede da Emgea;
- b) Coleta: o transporte dos volumes da sede da Emgea para o local de custódia da **CONTRATADA**.

4.3. A sede da Emgea, para fins de coleta e entrega das mídias magnéticas, corresponde ao endereço indicado no item 7.1 do Termo de Referência.

4.4. A **CONTRATADA** deverá registrar adequadamente os dados identificadores em planilhas, arquivos ou sistema informatizado próprio que possibilite a extração de relatórios, com o objetivo de indexação das informações e identificação das mídias transportadas.

4.5. É de inteira e exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA** qualquer dano causado às mídias magnéticas durante o manuseio, transporte ou armazenamento, devendo assegurar que as condições de transporte em maletas, contêineres ou outros meios de acondicionamento atendam integralmente às exigências do fabricante das mídias, especialmente quanto a:

- 4.5.1. Isolamento térmico adequado;
 - 4.5.2. Preservação da integridade física das mídias;
 - 4.5.3. Proteção contra impactos, choques e vibrações durante o transporte;
 - 4.5.4. À correta orientação e posicionamento das mídias durante o transporte e o armazenamento.
- 4.6. Deverão ser transportadas para a Emgea exclusivamente as mídias formalmente solicitadas, devendo os contêineres, maletas ou meios de acondicionamento serem compatíveis com as quantidades demandadas e atender às características previstas nos subitens 8.1 a 8.4 do Termo de Referência.

4.7. A **CONTRATADA** deverá disponibilizar sala segura ou ambiente controlado para o armazenamento das mídias, observando integralmente os requisitos e características estabelecidos no item 8 do Termo de Referência.

4.8. Para o armazenamento das mídias, a **CONTRATADA** deverá disponibilizar, no mínimo:

4.8.1. Maletas, armários ou mobiliário técnico específico, de uso exclusivo, adequados ao armazenamento de mídias LTO, em conformidade com as exigências do fabricante das mídias, com capacidade suficiente para o acondicionamento de no mínimo 500 (quinhentas) unidades de mídias;

4.8.2. O quantitativo poderá ser distribuído em mais de uma maleta ou mobiliário técnico específico, desde que mantidas as condições de segurança, controle e rastreabilidade.

4.8.3. Lacre de segurança com código de identificação, para utilização em cada maleta;

4.8.4. Etiquetas de identificação contendo código de barras, associadas aos registros de controle e rastreabilidade das mídias.

4.9. A **CONTRATADA** deve elaborar e disponibilizar à Emgea um **RELATÓRIO MENSAL** referente à prestação dos serviços executados no período, devendo conter, no mínimo, as seguintes informações:

- 4.9.1. Identificação e quantidade de mídias que estão sob custódia da **CONTRATADA**, com posição na data de elaboração do relatório;
- 4.9.2. Identificação e quantidade de mídias já cadastradas em sistema próprio da **CONTRATADA** e que estejam sob sua posse, com posição na data de elaboração do relatório;
- 4.9.3. Todas as solicitações/aberturas de Ordens de Serviço realizadas pela Emgea no período, contendo a identificação das mídias solicitadas para entrega e coleta

em cada uma das solicitações;

4.9.4. Registro de todas as movimentações de mídias (entrada e saída) realizadas no período;

4.9.5. Relação de todos os transportes realizados no período, incluindo os transportes regulares e emergenciais.

4.10. A CONTRATADA deve encaminhar o RELATÓRIO MENSAL ao Fiscal do Contrato da Emgea em até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do último dia útil do mês referente ao período em análise.

4.11. O RELATÓRIO MENSAL deve conter todas as informações necessárias para subsidiar a Emgea na apuração dos indicadores relacionados aos acordos de nível de serviço.

4.12. O RELATÓRIO MENSAL será analisado pelo Fiscal do Contrato, que deverá verificar e ratificar as informações nele contidas em até 2 (dois) dias úteis, contados a partir da data de seu recebimento.

4.13. Caso sejam identificadas inconsistências, o Fiscal do Contrato deverá comunicar formalmente a CONTRATADA, indicando, por escrito, os ajustes necessários;

4.14. A CONTRATADA deverá corrigir as inconsistências apontadas e encaminhar o RELATÓRIO MENSAL retificado em até 2 (dois) dias úteis, contado a partir da data de recebimento da comunicação formal realizada pelo Fiscal do Contrato.

4.15. O recebimento do RELATÓRIO MENSAL, contendo todas as informações mínimas exigidas, bem como a apuração das glosas eventualmente aplicáveis, constitui condição indispensável para o ateste da Nota Fiscal pelo Fiscal do Contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE ARMAZENAMENTO, DA SEGURANÇA FÍSICA DO ACERVO E DA LOGÍSTICA DE TRANSPORTE DE MÍDIAS

5.1. DAS CONDIÇÕES DO LOCAL DE ARMAZENAMENTO DAS MÍDIAS

5.1.1. O ambiente da CONTRATADA destinado à guarda e custódia das mídias magnéticas deverá estar localizado no Distrito Federal, de modo a atender aos requisitos de segurança, logística, fiscalização contratual e pronta resposta às demandas operacionais da Emgea.

5.1.2. O local de armazenamento das mídias magnéticas, além de ser de uso exclusivo para esse fim, sendo vedada sua subdivisão e utilização para outras atividades, deverá ainda:

5.1.2.1. Ser mantido em condições ambientais apropriadas, compatíveis com as exigências técnicas das mídias magnéticas do tipo LTO a serem armazenadas, em conformidade com as recomendações do fabricante e com as disposições do Termo de Referência;

5.1.2.2. Dispor, preferencialmente, de sistema de energia elétrica secundário ou contingenciado, de modo que, em caso de interrupção no fornecimento de energia, seja assegurado o funcionamento contínuo dos sistemas de segurança contra incêndio, de monitoramento por câmeras e de climatização do ambiente.

5.1.3. O local destinado ao armazenamento das mídias deverá atender, obrigatoriamente, aos seguintes requisitos mínimos:

5.1.3.1. Possuir paredes, teto e piso protegidos contra umidade, prevenindo danos físicos às mídias;

5.1.3.2. Possuir paredes, teto e piso com resistência ao fogo, compatíveis com normas técnicas aplicáveis à proteção contra incêndios;

5.1.3.3. Manter a umidade relativa do ar controlada, preferencialmente entre 20% (vinte por cento) e 55% (cinquenta e cinco por cento);

5.1.3.4. Manter a temperatura ambiente controlada, preferencialmente entre 10°C (dez graus Celsius) e 23°C (vinte e três graus Celsius);

5.1.3.5. Manter o ambiente limpo, organizado e distante de equipamentos como fotocopiadoras, evitando contaminação por pó de toner, papel ou outros tipos de partículas;

5.1.3.6. Dispor de controle de acesso físico ao ambiente interno de guarda, com registro de entradas e saídas, permitindo a emissão de relatórios para fins de auditoria e fiscalização;

5.1.3.7. Conter mobiliário adequado para a guarda de mídias magnéticas tipo LTO;

5.1.3.8. Possuir sistema de climatização específico para o ambiente de guarda das mídias, devendo a CONTRATADA comprovar a realização de manutenções periódicas que garantam o funcionamento contínuo e adequado do sistema, sendo desejável a existência de ambiente climatizado intermediário (antessala);

5.1.3.9. Possuir termohigrômetro e/ou termohigrográfico para acompanhamento climático;

5.1.3.10. Possuir sistema automatizado de controle e gerenciamento de temperatura e umidade do ambiente;

5.1.3.11. Não estar localizado em área sujeita a inundações, alagamentos ou com elevado risco de incêndio;

5.1.3.12. Possuir central de detecção de incêndio, com detectores e alarme de incêndio, nos ambientes de acesso e de guarda de mídias;

5.1.3.13. Dispor de equipamentos de proteção e combate a incêndio, devidamente sinalizados e posicionados em locais estratégicos, tanto no acesso quanto na sala de guarda das mídias;

5.1.3.14. Utilizar sistema de combate a incêndio apropriado que preserve a integridade de mídias magnéticas tipo LTO, vedada a utilização de agentes que possam causar danos físicos ou lógicos às mídias, de acordo com as recomendações do fabricante das mídias.

5.2. DA SEGURANÇA FÍSICA DO ACERVO

5.2.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar, no ambiente destinado ao armazenamento das mídias corporativas, infraestrutura adequada de segurança física e lógica, contemplando, no mínimo, os seguintes requisitos:

5.2.1.1. Controle de acesso individualizado e contínuo, de forma ininterrupta, assegurando condições adequadas de armazenamento do acervo e proteção contra furto, roubo, acesso não autorizado, extravio ou adulteração das mídias;

5.2.1.2. Sistema de controle individual de acesso, com registro de logs de entradas e saídas da sala segura, contendo identificação nominal dos acessos, bem como datas e horários, para fins de rastreabilidade, auditoria e fiscalização;

5.2.1.3. Sistema de monitoramento e gravação por câmeras de vídeo (CFTV), internas e externas, em funcionamento 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, abrangendo os ambientes de acesso, de antessala e de guarda das mídias;

5.2.1.4. As imagens armazenadas pelo sistema de monitoramento da CONTRATADA deverão permanecer disponíveis para consulta da Emgea, pelo prazo mínimo de 30 (trinta) dias, ou por período superior, caso exigido por legislação aplicável;

5.2.1.5. A Emgea reserva-se o direito de solicitar, a qualquer tempo, as imagens relacionadas ao sistema de monitoramento referentes aos serviços contratados, para fins de verificação, auditoria ou apuração de ocorrências.

5.2.1.6. Serviço de vigilância especializada, em regime ininterrupto (24 horas por dia, 7 dias por semana), com registro formal de ocorrências;

5.2.1.7. Entende-se por serviço de vigilância a atividade que visa fornecer o serviço de proteção física do local, de pessoas e dos bens imóveis onde está localizado o ambiente de guarda de mídias da CONTRATADA;

5.2.1.8. O serviço de vigilância pode ser realizado por meio de sistema de monitoramento eletrônico e/ou físico, prestado por pessoas habilitadas com treinamento adequado para a prestação desse tipo de serviço.

5.2.1.9. Sistemas de detecção e proteção contra incêndio, em operação contínua, com funcionamento 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, incluindo, no mínimo, detectores de fumaça, alarmes e equipamentos de combate a incêndio, adequados ao ambiente de guarda das mídias e de acordo com as recomendações do fabricante das mídias magnéticas;

5.2.1.10. O sistema de combate a incêndio deve ser compatível com a preservação da integridade das mídias magnéticas, de modo a não causar danos físicos ou lógicos às mídias em caso de acionamento do sistema;

5.2.1.11. Caso o sistema de combate a incêndio instalado no ambiente de guarda de mídias não seja apropriado para preservação da integridade das mídias armazenadas, a CONTRATADA deverá acondicionar as mídias magnéticas em maletas de proteção específicas, de forma que as mídias sejam protegidas em caso de acionamento do sistema de combate a incêndio instalado neste ambiente.

5.3. DA PERIODICIDADE DO TRANSPORTE DE MÍDIAS

5.3.1. O objeto do contrato contempla a realização de transporte periódico de mídias, com frequência semanal, independentemente da quantidade demandada, podendo ocorrer em qualquer dia da semana, conforme as necessidades operacionais da Emgea, mediante abertura de Ordem de Serviço.

5.3.2. Transporte normal de mídias

5.3.2.1. Para atendimento das demandas classificadas como transporte normal, poderão ser solicitados até 1.200 (mil e duzentos) transportes ao longo da vigência do contrato, conforme as necessidades operacionais da Emgea.

5.3.2.2. Será considerado como transporte normal o movimento de mídias ocorrido no horário de 8hs às 18hs, nos dias úteis, de segunda a sexta-feira.

5.3.2.3. Caso a solicitação de entrega das mídias seja realizada até as 12hs, a CONTRATADA terá o prazo de 6 (seis) horas para a entrega das mídias solicitadas, contadas a partir da data e hora da solicitação/abertura da Ordem de Serviço.

5.3.2.4. Caso a solicitação de entrega de mídias seja realizada após as 12hs, a entrega das mídias poderá ser realizada pela CONTRATADA até as 10hs do dia subsequente à solicitação.

5.3.3. Transporte emergencial de mídias

5.3.3.1. Para atendimento das demandas classificadas como transporte emergencial, poderão ser solicitados até 480 (quatrocentos e oitenta) transportes ao longo da vigência do contrato, conforme as necessidades operacionais da Emgea.

5.3.3.2. Considera-se transporte emergencial aquele realizado em regime ininterrupto (24 horas por dia, 7 dias por semana), inclusive aos sábados, domingos e feriados.

5.3.3.3. O prazo máximo para a entrega das mídias, nos casos de transporte emergencial, será de até 4 (quatro) horas, contado a partir do registro da solicitação e abertura da Ordem de Serviço.

5.3.3.4. O prazo estabelecido para o transporte emergencial deverá ser cumprido independentemente do dia da semana, do horário ou da natureza do evento que motivou a solicitação.

5.3.3.5. As solicitações serão realizadas por intermédio de pessoas credenciadas e autorizadas pela Emgea junto à CONTRATADA.

6. CLÁUSULA SEXTA - DO ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO (ANS)

6.1. Disposições Gerais

6.1.1. O Acordo de Nível de Serviço (ANS) tem por finalidade mensurar, acompanhar e avaliar a qualidade, a eficiência e a conformidade dos serviços prestados pela CONTRATADA, em relação aos níveis de desempenho estabelecidos neste Contrato.

6.1.2. O Acordo de Nível de Serviço (ANS) é composto por itens relacionados aos serviços que serão prestados pela CONTRATADA em atendimento ao objeto do Contrato.

6.1.3. Os serviços abrangidos pelo ANS compreendem, no mínimo:

6.1.3.1. Fiscalização do Contrato;

6.1.3.2. Custódia de mídia;

6.1.3.3. Movimentação normal de mídia – entrada e saída;

6.1.3.4. Movimentação emergencial de mídia – entrada e saída

6.1.3.5. Transporte normal de mídia; e

6.1.3.6. Transporte emergencial de mídia.

6.1.4. A medição da qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA será realizada por meio de sistema de pontuação, cujo resultado definirá o valor mensal a ser pago no período avaliado.

6.1.5. As situações abrangidas pelo ANS referem-se a ocorrências inerentes à execução contratual, não eximindo a CONTRATADA do cumprimento das demais obrigações contratuais nem da aplicação das sanções previstas na legislação e no contrato.

6.1.6. A Emgea poderá, mediante acordo formal entre as partes, promover ajustes nos procedimentos e na metodologia de avaliação do ANS durante a execução contratual, desde que comprovada maior eficiência do novo modelo e inexistência de prejuízo à CONTRATADA.

6.1.7. O principal elemento para medir a qualidade e a eficácia dos serviços prestados será o Acordo de Nível de Serviço (ANS). Com relação a esse item, devem ser considerados os seguintes aspectos:

6.1.8. Os ANS serão aplicados para medir a qualidade e a eficácia de todos os serviços abrangidos pelo Contrato e essenciais para o cumprimento do objeto pela CONTRATADA;

6.1.9. Objetivando a qualidade, a CONTRATADA deverá estabelecer procedimentos e condições que permitam a melhoria contínua dos serviços prestados;

6.1.10. O descumprimento dos indicadores de desempenho definidos no ANS poderá ensejar a aplicação de glosas nos pagamentos, conforme critérios estabelecidos neste Contrato;

6.1.11. Os relatórios apresentados devem conter todas as informações necessárias para subsidiar a Emgea na averiguação dos acordos de nível de serviço.

6.2. Dos Procedimentos

6.2.1. O Fiscal do Contrato, designado pela Emgea, acompanhará e fiscalizará a execução dos serviços, atuando em conjunto com o(s) preposto(s) formalmente indicado(s) pela CONTRATADA.

6.2.2. Do referido acompanhamento, o Fiscal do Contrato deverá apontar as irregularidades encontradas e classificá-las, conforme tabela abaixo

Tipo	Nível
01	Leve
02	Média
03	Grave

6.2.3. Constatada a ocorrência de irregularidades na prestação dos serviços, o Fiscal do Contrato notificará o preposto da CONTRATADA, para ciência dos fatos e apresentação das devidas justificativas e tratativas corretivas.

6.2.4. A notificação quanto à existência de irregularidades na execução no Contrato deverá ser por escrito, através de registro em e-mail ou Ofício, independente da gravidade da situação ou da reincidência do fato.

6.2.5. Constatando irregularidade passível de notificação, o Fiscal do Contrato relatará a ocorrência, descrevendo o tipo, o nível, o valor da pontuação, o dia e a hora da ocorrência e demais dados julgados relevantes para o perfeito entendimento e avaliação da irregularidade.

6.2.6. A notificação de irregularidade deve ser encaminhada ao preposto da CONTRATADA ou a outro representante designado pelo mesmo, o qual deverá manifestar o seu recebimento.

6.2.7. Caso não haja confirmação voluntária de recebimento da notificação pela CONTRATADA no prazo de até 2 (dois) dias úteis, a Emgea considerará a notificação validamente entregue.

6.2.8. Após o recebimento, o preposto da CONTRATADA deverá apresentar as devidas justificativas e tratativas para a(s) ocorrência(s) apontada(s), respeitando a tabela de prazos a seguir:

Tipo	Nível de Graduação	Prazo para a apresentação das justificativas e tratativas
01	Leve	48 horas
02	Média	24 horas
03	Grave	8 horas

6.2.9. As notificações que não forem respondidas dentro dos prazos estabelecidos serão consideradas encerradas para fins de apuração do ANS.

6.2.10. A CONTRATADA deverá informar previamente ao Fiscal do Contrato a data prevista para emissão das faturas mensais.

6.2.11. Em até 03 (três) dias úteis anteriores à data de encaminçamento da fatura mensal pela CONTRATADA, o Fiscal do Contrato deverá informar a CONTRATADA por escrito, através de e-mail ou Ofício, sobre o resultado da apuração mensal dos serviços prestados e, quando couber, as glosas que porventura deverão ser aplicadas na fatura.

6.2.12. A CONTRATADA, de posse das informações repassadas pelo Fiscal do Contrato, emitirá fatura mensal relativa aos serviços prestados, abatendo do valor devido pela Emgea os descontos relativos à aplicação do Acordo de Nível de Serviços.

6.2.13. O Fiscal do Contrato, ao receber da CONTRATADA as faturas mensais para ateste, somente o fará quando verificada a dedução dos descontos acima mencionados.

6.2.14. Verificada a regularidade da fatura, o Fiscal do Contrato juntará a estas as notificações produzidas no período, juntamente com os documentos especificados no item 26.3 do Termo de Referência, e os encaminhará para pagamento.

6.3. Do sistema de pontuação

6.3.1. O sistema de pontuação tem por finalidade estabelecer critérios objetivos para a mensuração da gravidade e da reincidência das ocorrências registradas durante a execução contratual, servindo como base para a avaliação da qualidade dos serviços prestados, bem como para a aplicação de glosas e demais efeitos previstos no Acordo de Nível de Serviço (ANS).

6.3.2. As ocorrências são dispostas em 3 (três) níveis de graduação, atribuindo-se a cada nível uma sequência de pontuação determinada, conforme tabela abaixo.

Tipo de irregularidade	Peso	Pontuação da irregularidade/ocorrência					
		1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª
Tipo 01 (Leve)	1	Emissão de Notificação	0,60	0,70	0,80	0,90	1,00
Tipo 02 (Média)	1	Emissão de Notificação	1,30	1,40	1,50	1,60	1,70
Tipo 03 (Grave)	1	2,00	2,10	2,20	2,30	2,40	2,50

Quando o número de ocorrências para o mesmo Tipo ultrapassar o número de 6 (seis) será atribuída a este a classificação para o Tipo imediatamente superior. Em já sendo a ocorrência do Tipo 03, deverá ser iniciada pela Emgea a avaliação da suspensão de pagamentos à CONTRATADA até que todas as irregularidades sejam sanadas.

6.4. Da faixa de ajuste no pagamento

6.4.1. A faixa de ajuste no pagamento será definida pela **Nota Geral da Avaliação de Desempenho dos Serviços - NGADS**, cuja fórmula segue abaixo:

$$12.4.2 \text{ NGADS} = 100 - \sum \square\square\square\square\square, \text{ sendo pontos} = \text{Peso} \times \text{Pontuação da irregularidade/ocorrência}$$

6.4.2. Onde $\sum \square\square\square\square\square$ é a soma dos pontos anotados, relativos às irregularidades registradas nos Termos de Notificação e informadas à CONTRATADA.

6.4.3. O preço pactuado para o atendimento ao objeto do Contrato refere-se ao Desempenho Técnico correspondente à NGADTS igual ou superior a 98, em cada mês de avaliação. Caso o nível de desempenho técnico não seja atingido, será aplicada a seguinte tabela de compensação:

Pontuação	Considerações/Ajustes no pagamento
NGADTS entre 98 a 100	Serviço Adequado
NGADTS entre 95 e 97	Desconto de 2% sobre o valor total da fatura mensal
NGADTS entre 90 e 94	Desconto de 4% sobre o valor total da fatura mensal
NGADTS entre 80 e 89	Desconto de 6% sobre o valor total da fatura mensal
NGADTS inferior a 80	Desconto de 10% sobre o valor total da fatura mensal e avaliação quanto à rescisão contratual

6.5. Indicadores de Nível de Serviço

6.5.1. A CONTRATADA deve garantir que todos os serviços e entregáveis referentes ao cumprimento das cláusulas contratuais sejam prestados dentro dos prazos acordados. A qualidade e a eficácia dos serviços prestados serão medidas pelos indicadores descritos nas tabelas abaixo:

Indicador 01	Prazo para entrega do Relatório Mensal
Tipo	Apresentação de documentação e auditoria
Serviço	Fiscalização do Contrato
Definição	A CONTRATADA deve gerar e entregar, em modelo e formato acordado com a Emgea, o RELATÓRIO MENSAL dos serviços prestados, em conformidade com o item 8.8 do Termo de Referência.
Periodicidade avaliação	da Mensal

Forma de avaliação	Cumprimento de prazo
Classificação do indicador	Tipo 01 (Leve)
Unidade de medida	Por ocorrência
Meta	Entregar o RELATÓRIO MENSAL em até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do último dia útil do mês referente ao período em análise.
Observação	A pontuação por ocorrência será aplicada para as reincidências de descumprimento observadas durante toda a vigência do Contrato, independentemente do mês em que ocorreu.
Considerações gerais	Se houver glosa no pagamento, esta será aplicada na fatura relativa ao mês em que ocorreu o descumprimento do ANS.

Indicador 02	Prazo para correção do Relatório Mensal
Tipo	Apresentação de documentação e auditoria
Serviço	Fiscalização do Contrato
Definição	A CONTRATADA deve corrigir as inconsistências observadas no RELATÓRIO MENSAL dos serviços prestados, em conformidade com o item 8.11 do Termo de Referência.
Periodicidade da avaliação	Eventual (sempre que solicitado pela Emgea)
Forma de avaliação	Cumprimento de prazo
Classificação do indicador	Tipo 01 (Leve)
Unidade de medida	Por ocorrência
Meta	Entregar o relatório corrigido em até 2 (dois) dias úteis, contados a partir da data de recebimento da comunicação por escrito realizada pelo Fiscal do Contrato.
Observação	A pontuação por ocorrência será aplicada para as reincidências de descumprimento observadas durante toda a vigência do Contrato, independentemente do mês em que ocorreu.
Considerações gerais	Se houver glosa no pagamento, esta será aplicada na fatura relativa ao mês em que ocorreu o descumprimento do ANS.

Indicador 03	Prazo para entrega de documentos relacionados ao ambiente de guarda de mídias
Tipo	Apresentação de documentação e auditoria
Serviço	Fiscalização do Contrato
Definição	Durante a vigência do Contrato, a CONTRATADA deve encaminhar, sempre que solicitado pela Emgea, todos os laudos, certificações, evidências e documentos que comprovem que o ambiente de guarda de mídias da CONTRATADA está em conformidade com as exigências contratuais.
Periodicidade da avaliação	Eventual (sempre que solicitado pela Emgea)
Forma de avaliação	Cumprimento de prazo
Classificação do indicador	Tipo 02 (Média)
Unidade de medida	Por documento
Meta	Encaminhar os documentos solicitados em até 3 (três) dias úteis, contados a partir da data da solicitação realizada pela Emgea, por escrito, mediante e-mail ou Ofício.
Observação	A CONTRATADA deve encaminhar laudos, certificações, evidências e documentos de conformidade do ambiente de guarda de mídias e de cumprimento das exigências contratuais, conforme exigências contidas nos itens 8, 9, 10 e 18.5 do Termo de Referência.
Considerações gerais	Se houver glosa no pagamento, esta será aplicada na fatura relativa ao mês em que ocorreu o descumprimento do ANS.

Indicador 04	Prazo para realização de vistoria no ambiente de guarda de mídias
--------------	---

Tipo	Conformidade
Serviço	Custódia de mídia
Definição	Durante a vigência do Contrato, a CONTRATADA deve permitir, sempre que solicitado pela Emgea, a realização de vistoria em seu ambiente no qual estão armazenadas/acondicionadas as mídias da Emgea, para verificação de conformidade com o objeto contratual.
Periodicidade da avaliação	Eventual (sempre que solicitado pela Emgea)
Forma de avaliação	Cumprimento de prazo
Classificação do indicador	Tipo 02 (Média)
Unidade de medida	Por vistoria
Meta	A data da vistoria deve ocorrer em até 7 (sete) dias úteis, contados a partir da data da solicitação de vistoria realizada pela Emgea, por escrito, mediante e-mail ou Ofício.
Observação	A CONTRATADA deve permitir a realização de vistoria das instalações do seu ambiente de guarda de mídias, por prepostos da Emgea, com ou sem o acompanhamento de prepostos de empresa de auditoria independente contratada pela Emgea.
Considerações gerais	Se houver glosa no pagamento, esta será aplicada na fatura relativa ao mês em que ocorreu o descumprimento do ANS.

Indicador 05	Registro de movimentação de mídias em sistema apropriado
Tipo	Conformidade
Serviços	Movimentação normal de mídia – entrada e saída Movimentação emergencial de mídia – entrada e saída
Definição	A CONTRATADA deve registrar a movimentação de mídias (entrada e saída) em sistema apropriado.
Periodicidade da avaliação	Mensal
Forma de avaliação	Comparação dos registros de movimentação de mídias realizados em sistema com as Ordens de Serviço e os Relatórios Mensais
Classificação do indicador	Tipo 02 (Média)
Unidade de medida	Por registro/inconformidade
Meta	Registrar a movimentação de mídias em sistema apropriado, conforme as solicitações/aberturas de Ordens de Serviço.
Observação	A CONTRATADA deve assegurar que todas as movimentações de mídias solicitadas pela Emgea foram registradas em seu sistema de gerenciamento. Serão aplicadas penalidades para todos os casos de movimentação de mídias realizadas em desconformidade com as solicitações realizadas pela Emgea, inclusive aquelas realizadas para atendimento às solicitações de transporte.
Considerações gerais	Se houver glosa no pagamento, esta será aplicada na fatura relativa ao mês em que ocorreu o descumprimento do ANS.

Indicador 06	Dano físico à mídia
Tipo	Conformidade
Serviços	Custódia de mídia Movimentação normal de mídia – entrada e saída Movimentação emergencial de mídia – entrada e saída Transporte normal de mídia Transporte emergencial de mídia
Definição	A CONTRATADA deve adotar todas as providências necessárias de modo a evitar danos físicos às mídias da Emgea, decorrentes da prestação dos serviços de custódia, movimentação normal ou emergencial (entrada e saída) e transporte normal ou emergencial (coleta a entrega) de mídias.

Periodicidade da avaliação	Mensal
Forma de avaliação	Por ocorrência/inconformidade identificada
Classificação do indicador	Tipo 03 (Grave)
Unidade de medida	Por mídia
Meta	Não causar dano físico às mídias da Emgea, causada por imperícia ou negligência da CONTRATADA.
Observação	A CONTRATADA deve observar todas as exigências contidas no Contrato e no Termo de Referência, de modo a preservar a integridade física das mídias da Emgea. Serão aplicadas glosas por mídia, para todas as ocorrências de dano físico às mídias da Emgea, comprovadamente identificadas por imperícia ou negligência da CONTRATADA.
Considerações gerais	Se houver glosa no pagamento, esta será aplicada na fatura relativa ao mês em que ocorreu o descumprimento do ANS.

Indicador 07	Prazo de entrega de mídias decorrentes do serviço de transporte normal para solicitação/abertura de Ordem de Serviço realizada até as 12hs
Tipo	Cumprimento de prazo
Serviço	Transporte normal de mídias
Definição	Após solicitação/abertura de Ordem de Serviço realizada pela Emgea até as 12hs, a CONTRATADA deve prestar o serviço de transporte normal de mídias e entregar as mídias solicitadas na sede da Emgea.
Periodicidade da avaliação	Mensal
Forma de avaliação	Cumprimento de prazo
Classificação do indicador	Tipo 01 (Leve)
Unidade de medida	Por transporte
Meta	Entregar as mídias em até 6 (seis) horas corridas após a solicitação.
Observação	Para solicitações realizadas até as 12hs, a CONTRATADA deve concluir o serviço de transporte normal de mídias, mediante entrega das mídias solicitadas na sede da Emgea, em até 6 (seis) horas corridas, contadas da data e hora da solicitação/abertura da Ordem de Serviço.
Considerações gerais	Se houver glosa no pagamento, esta será aplicada na fatura relativa ao mês em que ocorreu o descumprimento do ANS.

Indicador 08	Prazo de entrega de mídias decorrentes do serviço de transporte normal para solicitação/abertura de Ordem de Serviço realizada após as 12hs
Tipo	Cumprimento de prazo
Serviço	Transporte normal de mídias
Definição	Após solicitação/abertura de Ordem de Serviço realizada pela Emgea após as 12hs, a CONTRATADA deve prestar o serviço de transporte normal de mídias e entregar as mídias solicitadas na sede da Emgea.
Periodicidade da avaliação	Mensal
Forma de avaliação	Cumprimento de prazo
Classificação do indicador	Tipo 01 (Leve)
Unidade de medida	Por transporte
Meta	Entregar as mídias até as 10hs do dia útil subsequente à solicitação.

Observação	Para solicitações realizadas após as 12hs, a CONTRATADA deve concluir o serviço de transporte normal de mídias, mediante entrega das mídias solicitadas na sede da Emgea, até as 10hs do dia útil subsequente à solicitação/abertura da Ordem de Serviço.
Considerações gerais	Se houver glosa no pagamento, esta será aplicada na fatura relativa ao mês em que ocorreu o descumprimento do ANS.

Indicador 09	Prazo de entrega de mídias decorrentes do serviço de transporte emergencial
Tipo	Cumprimento de prazo
Serviço	Transporte emergencial de mídias
Definição	Após solicitação/abertura de Ordem de Serviço pela Emgea, a CONTRATADA deve prestar o serviço de transporte emergencial de mídias e entregar as mídias solicitadas na sede da Emgea.
Periodicidade da avaliação	Mensal
Forma de avaliação	Cumprimento de prazo
Classificação do indicador	Tipo 03 (Grave)
Unidade de medida	Por transporte
Meta	Entregar as mídias em até 4 (quatro) horas corridas após a solicitação.
Observação	A CONTRATADA deve concluir o serviço de transporte emergencial de mídias, mediante entrega das mídias solicitadas na sede da Emgea, em até 4 (quatro) horas corridas, contadas da data e hora da solicitação/abertura da Ordem de Serviço.
Considerações gerais	Se houver glosa no pagamento, esta será aplicada na fatura relativa ao mês em que ocorreu o descumprimento do ANS.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

7.1. O contrato terá vigência de 60 (sessenta) meses, contados a partir da data de sua assinatura, conforme art. 71 da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

8. CLÁUSULA OITAVA – DO VALOR

8.1. O valor do presente Termo de Contrato é de até R\$ xxxxxxxx (xxxxxxxxxxxxxxxxxx), com valor mensal estimado de até R\$ xxxxxxxx (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx).

8.2. Serão pagos apenas os serviços de fato solicitados pela Emgea e prestados pela CONTRATADA.

8.3. As descrições dos serviços com valores unitários e totais constam quadro abaixo:

CUSTÓDIA E TRANSPORTE DE MÍDIAS					
LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE. MENSAL ESTIMADA	QTDE. TOTAL ESTIMADA (60 meses)
I	1	Custódia de mídia	Por mídia	500	30.000
	2	Movimentação normal de mídia - entrada e saída	Por mídia	250	15.000
	3	Movimentação emergencial de mídia - entrada e saída	Por mídia	100	6.000
	4	Transporte normal de mídias	Por viagem	20	1.200
	5	Transporte emergencial de mídias	Por viagem	8	480

8.4. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

9. CLÁUSULA NONA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. Aprovado pelo Decreto nº 12.804, de 29 de dezembro de 2025, que aprova o Programa de Dispendios Globais - PDG das empresas estatais federais para o exercício financeiro de 2026, e estão distribuídos da seguinte forma:

Conta Contábil	Rubrica Orçamentária	Item Orçamentário
452.10.01 - DESPESA SERVIÇO DE TERCEIROS GUARDA ARQUIVOS MAGNÉTICOS	2.205.010.000 - SERVIÇOS DE TERCEIROS TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	1080 - MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SISTEMAS DE TI

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DO PAGAMENTO

10.1. A Emgea efetuará o pagamento mensalmente pelos serviços efetivamente prestados, até o 8º dia útil após o ateste da Nota Fiscal/Fatura pelo Fiscal do Contrato, de acordo com as condições e preços ajustados no Contrato, sendo efetuada a aplicação de glosas e a retenção de tributos e contribuições sobre o pagamento a ser realizado.

10.2. Os pagamentos serão realizados mensalmente, no mês subsequente ao da prestação dos serviços, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo Fiscal do Contrato.

10.3. A Nota Fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada dos seguintes documentos, referentes ao período de prestação dos serviços:

10.3.1. Ordens de Serviço abertas e finalizadas junto à CONTRATADA; e

10.3.2. Relatórios contendo o quantitativo utilizado na prestação dos serviços de custódia, movimentação e transporte de mídias.

10.4. Os pagamentos serão creditados em favor da CONTRATADA, através de ordem bancária contra qualquer entidade bancária indicada na Nota Fiscal/Fatura,

devido para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

10.5. No caso de fatura emitida com erro, esta será devolvida à CONTRATADA, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data de sua reapresentação.

10.6. Nenhum pagamento será realizado pela Emgea sem que antes seja procedida prévia e necessária consulta ao Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, para comprovação de regularidade fiscal da CONTRATADA.

10.7. Constatada a situação de irregularidade da CONTRATADA junto ao SICAF, a Emgea deverá advertir, por escrito, a CONTRATADA para que no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.

10.7.1. O prazo disposto no subitem anterior poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Emgea.

10.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Contrato para efeito de pagamento excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, só se iniciando e se vencendo os prazos em dia de expediente na Emgea e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

10.9. Caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES NACIONAL, deverá apresentar junto com a Nota Fiscal a devida declaração, de acordo com a SRF nº 1.540, de 05 de janeiro de 2015, publicada no Diário Oficial de 06, de janeiro de 2015, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO REAJUSTE

11.1. Os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de 1 (um) ano, contado a partir da data limite para a apresentação da proposta, pela variação do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, ou outro índice que o substitua, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

11.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data dos efeitos financeiros do último reajuste concedido.

11.3. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, a Emgea pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

11.4. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

11.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

11.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

11.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

12.1. A fiscalização do presente instrumento será exercida por representantes da Emgea, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação dos serviços e dar ciência à Administração.

12.2. A fiscalização de que trata o subitem 12.1 não exclui, nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pelos danos causados diretamente à Emgea ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do futuro contrato, em conformidade com o art. 76 da Lei nº 13.303, de 2016.

12.3. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários em conformidade com o esperado e dentro do estabelecido no Termo de Referência.

12.4. A Emgea reserva-se o direito de acompanhar e fiscalizar a conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato, por meio de representante designado para esse fim, com fundamento na forma do artigo 40, inciso VII da Lei nº 13.303/2016, e no Normativo da Emgea, LG.NOR.008.

12.5. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Contrato, ANEXOS e termos integrantes.

12.6. A apuração das entregas dos serviços não considerará os períodos de indisponibilidades justificadas, que podem decorrer de:

- a) Períodos de interrupção previamente acordados;
- b) Interrupção de serviços públicos essenciais à plena execução das atividades (exemplo: suprimento de energia);
- c) Motivos de força maior.

12.7. Atestar a nota fiscal faturável, de acordo com a respectiva demanda, verificando os indicadores de glosa.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1. Indicar um representante responsável pelo Contrato, que realizará seu acompanhamento, atuando como interlocutor principal perante a Emgea.

13.2. Disponibilizar à Emgea, obrigatoriamente, canal de comunicação através de telefone gratuito 0800 ou telefone com ligação de custo local de Brasília-DF, disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana.

13.3. Fornecer à Emgea relação com nome do responsável técnico e da equipe encarregada pela prestação dos serviços contratados, relacionando o nome, endereço, telefones, fax e endereço eletrônico (e-mail) pessoal corporativo e da empresa.

13.4. Comunicar ao fiscal de contrato da Emgea, por escrito, a existência de anormalidades, condições inadequadas de execução dos serviços ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução do Contrato.

13.5. Proceder a todos os levantamentos que se fizerem necessários para o planejamento das atividades a serem executadas.

13.6. Atender prontamente e prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Emgea.

13.7. Responsabilizar-se pelo comportamento dos seus empregados e por quaisquer danos que estes ou seus prepostos causarem à Emgea ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução dos serviços.

13.8. Ressarcir e/ou reparar qualquer dano causado aos bens de propriedade da Emgea, desde que, comprovadamente, sejam decorrentes dos serviços executados pela CONTRATADA.

13.9. No caso de ressarcimento à Emgea, será indicada por esta uma conta bancária ou outro meio para que a CONTRATADA efetue o ressarcimento, quando for o caso.

13.10. Respeitar durante a execução dos serviços, todas as normas, políticas e legislação federais, estaduais e municipais pertinentes e vigentes.

13.11. Ser responsável pelos ônus decorrentes de todas as reclamações, ações judiciais ou extrajudiciais, por culpa ou dolo, que possam ser alegadas por terceiros contra a Emgea, decorrentes da prestação dos serviços objeto deste Contrato.

13.12. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, inclusive daquelas com deslocamentos dos empregados da CONTRATADA, seja dentro ou fora do Distrito Federal.

13.13. Executar os serviços por intermédio de profissionais treinados para execução dos serviços contratados.

13.14. A paralisação da prestação dos serviços durante a fase da execução equivale ao descumprimento total das obrigações assumidas, ficando a CONTRATADA obrigada a finalizar as demandas pendentes e entregar todas as mídias que estiverem sob sua custódia nas dependências da Emgea, sendo todas as despesas relacionadas ao transporte e entrega das mídias de responsabilidade da CONTRATADA, podendo a Emgea aplicar as sanções previstas no Contrato e na legislação pertinente.

13.15. Executar os serviços de acordo com as políticas, normas e procedimentos de segurança existentes na Emgea, e manter a integridade do ambiente tecnológico da Emgea durante a vigência do Contrato.

13.16. Responsabilizar-se pelos recursos materiais, tecnológicos, humanos e financeiros necessários à execução dos serviços, devendo providenciar os meios adequados para execução dos serviços contratados.

13.17. Arcar com prejuízos causados à Emgea e/ou terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas por seus funcionários na execução dos

serviços contratados.

13.18. Reparar, corrigir ou refazer, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços prestados, objeto deste Contrato, em que se verifiquem vícios ou incorreções resultantes da execução.

13.19. Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências da Emgea, devendo os técnicos apresentar-se identificados por crachá ou devidamente uniformizados.

13.20. Observar o Código de Ética, Integridade e Conduta e a Política de Integridade da Emgea (disponíveis no sítio eletrônico da Empresa), bem como a legislação anticorrupção vigente.

13.21. Manter sigilo, garantir a integridade e a disponibilidade dos documentos e informações que, em decorrência do Contrato, estiverem sob a sua guarda, sob pena de responder por perdas e/ou danos causados à Emgea e a terceiros.

13.22. Para a perfeita execução dos serviços, a CONTRATADA deve cumprir os prazos estabelecidos para prestação dos serviços e demais avenças pactuadas no Contrato a ser assinado, conforme as responsabilidades legais vigentes.

13.23. Arcar com todos os encargos sociais trabalhistas, tributos de qualquer espécie que venham a ser devidos em decorrência da execução do Contrato, bem como custos relativos ao deslocamento e estada de seus profissionais, caso exista.

13.24. Manter profissionais necessários para execução das atividades, com vista ao cumprimento dos prazos, níveis de serviço e em atendimento aos requisitos estabelecidos.

13.25. Substituir, sempre que exigido pelo Fiscal de Contrato da Emgea, o representante ou profissional cuja qualificação, atuação, permanência ou comportamento forem julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da Emgea ou ao interesse do serviço público. Neste caso, deverá a CONTRATADA providenciar novo profissional, com as mesmas qualificações, experiência e nível de conhecimento do profissional substituído, devidamente comprovadas.

13.26. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes de trabalho sofridos pelos seus empregados quando em serviço.

13.27. Observar rigorosamente as normas regulamentadoras de segurança do trabalho.

13.28. Cumprir todas as obrigações constantes neste Contrato e sua proposta comercial, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

13.29. Realizar os serviços em perfeitas condições, conforme especificações, prazos e local constantes no Termo de referência.

13.30. Prestar todos os esclarecimentos necessários à Emgea oriundos da execução dos serviços contratados e sujeitar-se às orientações do Fiscal do Contrato.

13.31. Relatar à Emgea, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, irregularidades ocorridas que impeçam, alterem ou retardem a execução dos serviços contratados, efetuando o registro da ocorrência com todos os dados e circunstâncias necessárias a seu esclarecimento, sem prejuízo da análise da administração e das sanções previstas.

13.32. Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório.

13.33. Atender aos requisitos de sustentabilidade sócio ambiental, previstos nas legislações vigentes.

13.34. É vedado à CONTRATADA utilizar o nome da Emgea, ou sua qualidade de CONTRATADA, em quaisquer atividades de divulgação empresarial, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios e impressos.

13.35. É vedado à CONTRATADA reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que tenha tomado ciência em razão da execução dos serviços sem o consentimento prévio e por escrito da Emgea.

13.36. Executar os serviços em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) - Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

13.37. Cada uma das partes concorda e garante que é individualmente responsável pelo cumprimento de suas obrigações decorrentes da LGPD e de eventuais regulamentações emitidas posteriormente pela ANPD.

13.38. A contar da data do efetivo conhecimento e/ou recebimento da informação disponibilizada pela Emgea, a CONTRATADA obriga-se:

13.38.1. Por si, por seus colaboradores e quaisquer outros que venham a obter informações em função do contrato estabelecido, manter o sigilo absoluto das informações, não devendo, de qualquer forma, utilizá-las para fim diverso daquele pelo qual lhe foram disponibilizadas;

13.38.2. A instruir devidamente os seus colaboradores quanto às melhores práticas aplicáveis em segurança da informação, bem como treinamento quanto às condutas a serem adotadas para a manutenção do sigilo da informação;

13.38.3. A não transportar informações para fora da Emgea sem ser expressamente autorizado por esta, ou quando permitido por força de contrato;

13.38.4. A não reproduzir, sem anuência da Emgea, parte ou a totalidade da informação classificada, exceto quando autorizado formalmente ou quando for necessário para o desenvolvimento de suas atribuições na Emgea;

13.38.5. A devolver, assim que solicitado pela Emgea ou quando concluído o prazo do contrato firmado, qualquer documento que contenha informação classificada que esteja sob a sua tutela, inclusive notas pessoais envolvendo informação classificada pela empresa, registros e documentos de qualquer natureza que tenham sido utilizados, criados ou estado sob seu controle.

13.38.6. A CONTRATADA garante que:

13.38.7. Realiza tratamento dos dados pessoais nos limites e para as finalidades permitidas pelo contrato;

13.38.8. Notifica a Emgea, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, por escrito, sobre:

13.38.8.1. Quaisquer pedidos de um titular em relação aos seus dados pessoais, incluindo, mas não se limitando a pedidos de acesso e/ou retificação, solicitações de exclusão, e outros pedidos semelhantes, sendo que a CONTRATADA não responderá a tais pedidos, a menos que expressamente autorizado pela Emgea.

13.38.8.2. Qualquer reclamação relacionada ao tratamento de dados pessoais, incluindo alegações de que o tratamento viola os direitos de titular.

13.38.8.3. Qualquer Incidente relacionado aos dados pessoais tratados em decorrência do contrato.

13.38.8.4. Qualquer ordem, emitida por autoridade judicial ou administrativa (incluindo a ANPD), que tenha por objetivo obter quaisquer informações relativas ao tratamento de dados pessoais em decorrência do contrato.

13.38.9. Cooperar com a Emgea com relação às ações tomadas a partir da notificação descrita no item 13.38.8, e atende, dentro dos limites técnicos razoáveis, às solicitações da Emgea com relação ao atendimento a referidas reivindicações, fornecendo as informações solicitadas no menor prazo possível.

13.38.10. Mantém os dados pessoais no mais absoluto sigilo e exige dos seus colaboradores que tratem os dados pessoais com observância dessas obrigações.

13.38.11. Limita o acesso aos dados pessoais ao número mínimo de colaboradores que tenham necessidade de acessar referidas informações para fins de cumprir com suas obrigações junto à Emgea.

13.38.12. Compromete-se com a segurança dos dados, incluindo medidas técnicas e de governança, que tenham por objetivo proteger os dados pessoais contra incidentes, bem como garantir que essas medidas assegurem um nível de segurança condizente com os riscos apresentados pelo tratamento, a natureza dos dados pessoais e as tecnologias de segurança disponíveis e razoavelmente aplicadas no setor de atuação das partes.

13.38.13. Cooperar com a Emgea em caso de qualquer incidente, devendo:

13.38.13.1. Adotar todas as medidas necessárias a fim de mitigar qualquer incidente envolvendo os dados pessoais e minimizar possíveis efeitos negativos aos titulares.

13.38.13.2. Prover a Emgea com todas as informações necessárias à apuração do ocorrido.

13.38.13.3. Abster-se de realizar qualquer comunicação a ANPD, autoridades públicas brasileiras, aos titulares ou terceiros, sem a prévia e expressa concordância da Emgea, que deve controlar a redação final dessas comunicações e quem deve realizá-las, observadas as disposições da LGPD.

13.38.13.4. Compromete-se a cumprir com os requisitos da LGPD sempre que for realizar a transferência de dados pessoais para o exterior e/ou para qualquer terceiro.

13.38.13.5. Mediante solicitação da Emgea, se compromete a conceder acesso a documentos e registros necessários para fins de verificação das obrigações previstas no

contrato.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA EMGEA

- 14.1. Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato por intermédio de empregados especialmente designados.
- 14.2. Fornecer à CONTRATADA relação com nome dos fiscais do contrato designados pela Emgea.
- 14.3. Fornecer à CONTRATADA relação com nome dos empregados da Superintendência de Tecnologia – SUTEC, credenciados a abrir chamados e acompanhar os serviços contratados.
- 14.4. Permitir acesso dos profissionais da CONTRATADA, quando necessário, desde que devidamente identificados, às dependências da Emgea, para executar atividades relacionadas à prestação dos serviços contratados, sendo vedada, salvo se por autorização expressa da Emgea, o trânsito em áreas estranhas às suas atividades.
- 14.5. Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados empregados e/ou prepostos da CONTRATADA, necessários à execução do objeto descrito no Termo de Referência.
- 14.6. Efetuar o pagamento das faturas nos prazos e condições pactuados, quando estes estiverem de acordo com o exigido.
- 14.7. Impugnar o pagamento de valores relativos a eventuais divergências entre as faturas e os serviços prestados pela CONTRATADA.
- 14.8. Informar à CONTRATADA os atos que possam interferir direta ou indiretamente na execução dos serviços a serem prestados.
- 14.9. Comunicar formalmente qualquer anormalidade ocorrida na execução do Contrato.
- 14.10. Aprovar ou rejeitar, no todo ou em parte, os serviços prestados em desacordo com as obrigações assumidas pela CONTRATADA.
- 14.11. Aprovar ou reprovar as atualizações tecnológicas ou modificações de arquitetura propostas para a solução.
- 14.12. Manter pessoal técnico para prestar esclarecimentos sobre o ambiente tecnológico da Emgea, bem como esclarecimentos referentes aos serviços a serem executados pela CONTRATADA.
- 14.13. Não permitir que terceiros realizem os serviços especificados neste documento, durante a vigência do Contrato.
- 14.14. Exigir a substituição de qualquer profissional, cujo comportamento ou capacidade sejam julgados impróprios ao desempenho dos serviços a serem executados, por meio de comunicação formal à CONTRATADA.
- 14.15. Efetuar vistoria nos serviços realizados e aplicar as penalidades previstas no contrato, caso seja constatada a prática de serviços à margem do contrato.
- 14.16. Efetuar vistoria no ambiente de custódia das mídias magnéticas da CONTRATADA, sempre que necessário, durante a vigência do contrato.
- 14.17. Aplicar as sanções, conforme previsto neste Contrato e na legislação vigente.
- 14.18. Anotar em registro próprio e notificar a CONTRATADA, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.
- 14.19. Cada uma das partes concorda e garante que é individualmente responsável pelo cumprimento de suas obrigações decorrentes da LGPD e de eventuais regulamentações emitidas posteriormente pela ANPD.
- 14.20. A Emgea reconhece que, para a prestação do serviço contratado ou prestação de serviços correlatos, deverá prover à CONTRATADA, acesso às informações, ao ambiente computacional e às suas dependências.
- 14.21. A Emgea garante que:
- 14.22. Os dados pessoais compartilhados, transferidos ou de qualquer forma disponibilizados para acesso e utilização pela CONTRATADA, de acordo com o contrato, foram coletados, transferidos e de qualquer forma tratados de acordo com as leis de privacidade e proteção de dados aplicáveis no Brasil.
- 14.23. É capaz de cumprir com os direitos dos titulares garantidos pela LGPD.
- 14.24. Cumpre com todos os princípios para tratamento de dados pessoais estabelecidos pela LGPD, o que significa que a Emgea apenas compartilha, transfere ou disponibiliza para acesso da CONTRATADA aos dados pessoais que são pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do tratamento.
- 14.25. Comunicará a ANPD conforme os requisitos da LGPD em caso de incidente.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA N O TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS - LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - LGPD

- 15.1. O tratamento de dados pessoais no âmbito deste contrato será realizado em estrita observância à **Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD)** e ao **Art. 5º, inciso LXXIX, da Constituição Federal**, fundamentando-se nas bases legais dos Arts. 7º, 11 e, em especial, no **Art. 23** (tratamento pelo Poder Público), devendo restringir-se a propósitos legítimos, específicos e explícitos, garantindo-se ao titular o direito à informação, transparência e segurança, conforme regulamentações vigentes da ANPD.
- 15.2. O tratamento seja limitado às atividades necessárias ao atingimento das finalidades de execução do contrato e do serviço contratado, utilizando os dados, quando for o caso, em cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da ANPD;
- 15.3. Os dados obtidos em razão desse contrato são armazenados em um banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso, adequado controle de acesso e com transparente identificação do perfil que tenha permissão de acesso, tudo estabelecido como forma de garantir inclusive a rastreabilidade de cada transação e a apuração de desvios e falhas, vedado o compartilhamento desses dados com terceiros;
- 15.4. Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, a CONTRATADA deve interromper o tratamento dos Dados Pessoais disponibilizados pela Emgea e, em no máximo 30 (trinta) dias, eliminar completamente os Dados Pessoais e todas as cópias porventura existentes (seja em formato digital ou físico), salvo quando a CONTRATADA tiver que manter os dados para cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese da LGPD.
- 15.5. A CONTRATADA garante, ainda, que seus empregados, agentes e subcontratados tenham ciência das obrigações acordadas no presente aditivo, bem como da Política de Privacidade da Emgea.
- 15.6. O eventual acesso, pela CONTRATADA, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos de negócio implica para a CONTRATADA e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e pelo prazo de até 10 (dez) anos contados de seu termo final.
- 15.7. A CONTRATADA deve cooperar com a Emgea no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos Titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, Órgãos de controle administrativo.
- 15.8. A CONTRATADA deve informar imediatamente à Emgea quando receber uma solicitação de um Titular de Dados, a respeito dos seus Dados Pessoais e abster-se de responder qualquer solicitação em relação aos Dados Pessoais do solicitante, exceto nas instruções documentadas da Emgea ou conforme exigido pela LGPD e Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor.
- 15.9. O “Encarregado” da CONTRATADA deve manter contato formal com o(a) “Encarregado” da Emgea, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que esta possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.
- 15.10. A critério do “Encarregado” da Emgea, a CONTRATADA pode ser provocada a colaborar na elaboração do relatório de impacto, conforme a sensibilidade e o risco inerente aos serviços objeto deste contrato, especificamente em relação aos dados pessoais. Eventuais responsabilidades das partes, serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI, da LGPD.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 16.1. A inexecução total ou parcial dos serviços, assim como a execução irregular, ou com atraso injustificado, com fundamento no artigo 83 da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, sujeitará a CONTRATADA, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal e assegurada à prévia e ampla defesa, à aplicação das seguintes sanções:
- 16.1.1. Advertência;

- 16.1.2. Glosa, de forma prevista no instrumento convocatório ou no Contrato;
- 16.1.3. Multa, de forma prevista no instrumento convocatório ou no Contrato;
- 16.1.4. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Emgea, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e
- 16.2. Conforme subitem 3.2.27.12 do Regulamento de Licitações e Contratos Administrativos da Emgea (LG.NOR.008.05), na aplicação das multas serão observados os seguintes percentuais:
- 16.2.1. 5% (cinco por cento) sobre o valor total do Contrato, em caso de inexecução parcial de qualquer dos serviços contratados.
- 16.2.2. 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida, com prejuízo para a Emgea.
- 16.2.3. 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Contrato, em caso de dano físico permanente a todo o acervo de mídias da Emgea que está sob custódia da CONTRATADA, desde que comprovadamente seja causado por imperícia ou negligência desta.
- 16.3. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a outra.
- 16.4. Caso a CONTRATADA não possa cumprir os prazos estipulados para a prestação total ou parcial do(s) serviço(s), deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições do Contrato.
- 16.5. Nos casos mencionados no item acima a Emgea oficiará à CONTRATADA, comunicando-lhe a data-limite para a regularização da prestação dos serviços, sob pena da aplicação das sanções cabíveis.
- 16.6. A aplicação das multas não impede que a Emgea rescinda unilateralmente o Contrato.
- 16.7. Aplica-se à CONTRATADA as sanções dispostas no artigo 6º, da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, no caso de cometer as seguintes condutas:
- 16.7.1. Fraudar o Contrato;
- 16.7.2. Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações do Contrato, sem autorização em Lei; e
- 16.7.3. Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato.
- 16.8. As sanções deverão ser aplicadas de forma gradativa, obedecidos aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – RESCISÃO CONTRATUAL

- 17.1. Constituem motivos para rescisão unilateral deste Contrato pela **CONTRATANTE**:
- 17.1.1. Descumprimento ou cumprimento irregular por parte da CONTRATADA das cláusulas contratuais, especificações ou prazos.
- 17.1.2. A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial, podendo, por interesse da Administração, ser admitida a fusão, cisão ou incorporação, desde que não prejudique a execução dos serviços.
- 17.1.3. Não atendimento das determinações regulares emanadas da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução deste Contrato, assim como as de seus superiores hierárquicos.
- 17.1.4. Atraso injustificado no início dos serviços.
- 17.1.5. Cometimento reiterado das faltas na execução deste Contrato.
- 17.1.6. Ocorrência do caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado e impeditivo da execução deste Contrato.
- 17.1.7. Alteração social ou modificação da finalidade da CONTRATADA, de forma a prejudicar o cumprimento das obrigações assumidas.
- 17.1.8. Decretação de falência ou deferimento de concordata da CONTRATADA.
- 17.1.9. Dissolução da sociedade.
- 17.2. No caso de rescisão contratual, qualquer que seja o motivo ou finalização de contrato, a CONTRATANTE retomará todo o lote de clientes/operações, inclusive as operações negociadas com remuneração futura (parcelada). A CONTRATADA não terá direito à remuneração dos pagamentos futuros dos acordos vigentes.
- 17.3. Na hipótese de rescisão ou finalização do Contrato, a CONTRATADA ficará obrigada a, no prazo improrrogável de 10 (dez) dias úteis, contados da data da rescisão, da finalização ou do vencimento, devolver toda a documentação que porventura esteja em seu poder. Ocorrendo atraso na restituição dos documentos, a CONTRATADA responderá por quaisquer prejuízos decorrentes do atraso.
- 17.4. As responsabilidades imputadas à CONTRATADA, por prejuízos decorrentes de ações delitivas perpetradas contra a CONTRATANTE, não cessam com a rescisão do contrato.
- 17.5. A rescisão poderá ser amigável, reduzida a termo. Devendo a CONTRATADA ser avisada previamente com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.
- 17.6. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES

- 18.1. Este Contrato poderá ser alterado com as devidas justificativas, observados os preceitos de direito público, a supremacia do interesse público e as disposições dos **Arts. 72 e 81 da Lei nº 13.303/2016**, mediante a celebração de **Termo Aditivo**, o qual deverá ser publicado no Diário Oficial da União e/ou no Portal de Transparência da Emgea (ou Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP), como condição indispensável para sua eficácia.
- 18.2. Conforme previsão do artigo 81, da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, este contrato poderá ser alterado nos seguintes casos:
- 18.2.1. Quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
- 18.2.2. Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta lei;
- 18.2.3. Quando conveniente a substituição da garantia de execução;
- 18.2.4. Quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica de inaplicabilidade dos termos contratuais;
- 18.2.5. Quando necessária a forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;
- 18.2.6. Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.
- 18.3. A criação, a alteração ou a extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, bem como a superveniência de disposições legais.
- 18.4. A CONTRATADA de comum acordo com a CONTRATANTE, poderão nas mesmas condições contratuais, celebrar os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 18.5. As supressões resultantes de acordo celebradas entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 18.6. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica:
- 18.6.1. Todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;
- 18.6.2. Sejam mantidas as demais cláusulas e condições do Contrato;
- 18.6.3. Não haja prejuízo à execução do objeto pactuado; e
- 18.6.4. Haja a anuência expressa da Administração à continuidade do Contrato.

19. **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – VEDAÇÕES**
- 19.1. É vedado à CONTRATADA:
- 19.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;
- 19.1.2. Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.
20. **CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO SIGILO DAS INFORMAÇÕES**
- 20.1. A CONTRATADA deverá manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse da Emgea, ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução dos serviços contratados, respeitando todos os critérios estabelecidos, aplicáveis aos dados, informações, regras de negócios, documentos, entre outros pertinentes.
- 20.2. A CONTRATADA deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados, informações, configurações, contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pela Emgea a tais documentos.
- 20.3. A CONTRATADA deverá tratar todas as informações a que tenha acesso, em caráter de estrita confidencialidade, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, revelar, reproduzir, ou deles dar conhecimento a terceiros, estranhos a esta contratação, bem como utilizá-las para fins diferentes dos previstos na presente contratação.
- 20.4. Toda informação confidencial disponível em razão desta contratação, seja ela armazenada em meio físico, magnético ou eletrônico, deverá ser devolvida nas seguintes hipóteses:
- 20.4.1. Término ou rompimento do Contrato;
- 20.4.2. Solicitação da Emgea.
21. **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA MATRIZ DE RISCO**
- 21.1. Tendo como premissa a obtenção do melhor custo contratual, mediante a alocação de riscos a parte com maior capacidade para geri-los e absorvê-los, o CONTRATANTE e a CONTRATADA identificam os riscos decorrentes desta relação e, sem prejuízo de outras previsões contratuais, estabelecem os respectivos responsáveis na Matriz constante do Anexo I deste Contrato.
22. **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA SUBCONTRATAÇÃO**
- 22.0.1. É vedada a subcontratação para todos os serviços previstos neste Termo Contratual.
23. **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DOS CASOS OMISSOS**
- 23.1. Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Contrato serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 13.303, de 2016 e demais normas federais aplicáveis, que fazem parte integrante deste Contrato, independentemente de suas transcrições.
24. **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - PUBLICAÇÃO**
- 24.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, conforme dispõe o §2º, do artigo 51, da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.
25. **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – FORO**
- 25.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas deste Contrato.
- 25.2. E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente Contrato em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Brasília, XX de XXXX de 2026.

CONTRATANTE

CONTRATADA

ANEXO I - DO CONTRATO
MATRIZ DE RISCO

EVENTO DE RISCO	RISCO	CONSEQUÊNCIA	CONTROLE	PROBA
Prestação de serviços por colaborador com desvios éticos	Risco de compras e contratações	§ Fraude em compras e contratações; § Vazamento de informações estratégicas ou sigilosas	§ Treinamento, workshop e orientações sobre ética. § Políticas, normas e procedimentos internos. § Legislação vigente. § Instrumentos contratuais. § Termos de Sigilo e Responsabilidade.	M
Suspensão ou cancelamento de procedimentos licitatórios	Risco de compras e contratações	§ Necessidade de novo processo licitatório. § Não prestação dos serviços que seriam contratados. § Mídias magnéticas armazenadas em ambiente inapropriado.	§ Equipe da Licitação. § Análise do procedimento licitatório pelas unidades envolvidas da Emgea.	M
Inobservância de normas externas	Risco de conformidade	§ Prestação de serviços em desconformidade com normas externas. § Penalidades e sanções administrativas.	§ Monitoramento do ambiente regulatório. § Aplicação das recomendações observadas em normas externas.	M
Inobservância de normas internas	Risco de conformidade	§ Prestação de serviços em desconformidade com normas internas.	§ Atualização de políticas e normas internas.	M
Não adoção de providências para implantar medidas necessárias ao cumprimento de obrigações legais e regulamentares	Risco de conformidade	§ Penalidades e sanções administrativas. § Penalidades e sanções legais.	§ Observação e aplicação das recomendações legais e normativas. § Monitoramento do ambiente regulatório.	B
Descontinuidade de prestação de serviços	Risco de terceiro	§ Interrupção na prestação dos serviços. § Realização de um novo procedimento licitatório.	§ Instrumentos contratuais § Fiscais de contratos	B
Falha na prestação de serviços	Risco de terceiro	§ Falha na prestação dos serviços. § Mídias magnéticas armazenadas em ambiente inapropriado. § Não utilização das mídias magnéticas previstas para realização de backup.	§ Instrumentos contratuais. § Prestação dos serviços por empresa especializada. § Prestação dos serviços por técnicos treinados e qualificados para a prestação dos serviços contratados.	B
Interrupção temporária de prestação de serviços	Risco de terceiro	§ Indisponibilidade parcial ou total da solução tecnológica.	§ Instrumentos contratuais. § Fiscais de contratos.	B

EVENTO DE RISCO	RISCO	CONSEQUÊNCIA	CONTROLE	PROBAI
Prestação de serviço em desacordo com o contratado	Risco de terceiro	§ Prestação dos serviços em desconformidade com o instrumento contratual. § Ambiente de armazenamento das mídias com infraestrutura inadequada e/ou em desconformidade com normas e leis vigentes. § Danos físicos permanentes em mídias magnéticas.	§ Instrumentos contratuais. § Fiscais de contratos.	B
Falha de tratamento de dados pessoais pelo prestador de serviços	Risco de terceiro	§ Risco de imagem à Emgea, seus colaboradores e/ou terceiros. § Vazamento de informações estratégicas ou sigilosas § Perda ou alteração de dados pessoais	§ Instrumentos contratuais. § Fiscais de contratos.	B
Perda ou danos em ativos físicos	Risco de infraestrutura	§ Ambiente de armazenamento das mídias com infraestrutura inadequada e/ou em desconformidade com normas e leis vigentes. § Danos físicos permanentes em mídias magnéticas.	§ Instrumentos contratuais. § Fiscais de contratos.	B
Não atendimento de demandas de suporte técnico ou atendimento intempestivo e/ou com baixa qualidade	Risco de infraestrutura	§ Falta de prestação dos serviços contratados. § Não utilização das mídias magnéticas previstas para realização de backup. § Mídias magnéticas armazenadas em ambiente inadequado.	§ Instrumentos contratuais. § Prestação dos serviços por empresa especializada. § Prestação dos serviços por técnicos treinados e qualificados para a prestação dos serviços contratados.	B
Furto/roubo de bens ou valores	Risco de integridade	§ Furto/roubo ou bens de propriedade da Emgea ou de seus colaboradores.	§ Instrumentos contratuais. § Supervisão da Emgea sobre os técnicos da Contratada. § Verificação das condições e infraestrutura do ambiente da Contratada. § Termos de Sigilo e Responsabilidade. § Monitoramento CFTV	M
Uso indevido da informação	Risco de integridade	§ Risco de imagem à Emgea, seus colaboradores e/ou terceiros. § Constrangimento.	§ Instrumentos contratuais. § Trilhas de auditoria no acesso ao ambiente de guarda de mídias. § Termos de Sigilo e Responsabilidade.	M
Apropriação indébita	Risco de integridade	§ Apropriação de equipamentos ou bens de propriedade da Emgea ou de seus colaboradores.	§ Instrumentos contratuais. § Supervisão da Emgea sobre os técnicos da Contratada. § Termos de Sigilo e Responsabilidade. § Monitoramento CFTV	M
Vazamento de informações estratégicas ou sigilosas	Risco de segurança da informação	§ Risco de imagem à Emgea, seus colaboradores e/ou terceiros. § Constrangimento. § Penalidades e sanções administrativas. § Inobservância de normas internas	§ Instrumentos contratuais. § Trilhas de auditoria no acesso ao ambiente de guarda de mídias. § Termos de Sigilo e Responsabilidade.	M